



tobacconomics

Economic Research Informing
Tobacco Control Policy

Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros

da Tobacconomics



Citação sugerida: Chaloupka, F., Drope, J., Siu, E., Vulovic, V., Stoklosa, M., Mirza, M., Rodriguez-Iglesias, G., & Lee, H. Avaliação comparativa de impostos sobre cigarros da Tobacconomics. Chicago, IL, EUA: Centro de Política em Saúde, Instituto de Pesquisa e Política em Saúde, Universidade de Illinois em Chicago, 2020. www.tobacconomics.org

Autores: este relatório foi escrito pela equipe da Tobacconomics: Frank Chaloupka, PhD; Jeff Drope, PhD; Erika Siu, JD LL.M.; Violeta Vulovic, PhD; Michal Stoklosa, PhD; Maryam Mirza, PhD; Germán Rodríguez-Iglesias, MSc; e Hye Myung Lee, MPH.

Revisão por pares: o relatório passou por uma revisão por pares realizada por Evan Blecher, Economista, Políticas Fiscais para a Saúde (TAX), Departamento de Promoção da Saúde, Organização Mundial da Saúde; Alan Fuchs Tarlovsky, Economista Sênior, Prática Global de Pobreza e Equidade, Banco Mundial; Maria Fernanda Gonzalez Icaza, Consultora, Prática Global de Pobreza e Equidade, Banco Mundial; Rijo M. John, professor adjunto, Faculdade de Ciências Sociais de Rajagiri, Kochi; Nigar Nargis, Diretora Científica, Pesquisa de Política de Controle do Tabaco, Sociedade Norte-Americana de Câncer (ACS); Guillermo Paraje, Professor de Economia, Universidade Adolfo Ibáñez; Anne-Marie Perucic, Economista, Políticas Fiscais para a Saúde (TAX), Departamento de Promoção da Saúde, Organização Mundial da Saúde; Maxime Roche, Consultor Internacional, Organização Pan-Americana da Saúde; Rosa Carolina Sandoval, Conselheira Regional, Controle do Tabaco, Organização Pan-Americana da Saúde; Francis Thompson, Conselheiro para o Controle do Tabaco, Fundação HealthBridge do Canadá; e o Professor Corné van Walbeek, Diretor da Unidade de Pesquisa em Economia de Produtos Tributáveis, Escola de Economia da Universidade da Cidade do Cabo.

Sobre a Tobacconomics: a Tobacconomics é uma colaboração entre os principais pesquisadores que estudam a economia das políticas de controle do tabaco há quase 30 anos. A equipe se dedica a auxiliar pesquisadores, ativistas e formuladores de políticas para que tenham acesso às melhores e mais recentes pesquisas sobre o que funciona - ou não funciona - para a redução do consumo de tabaco e seus impactos econômicos. Como um programa da Universidade de Illinois, em Chicago, EUA, a Tobacconomics não é afiliada a nenhum fabricante do produto. Acesse www.tobacconomics.org ou siga-nos no Twitter www.twitter.com/tobacconomics.

Esta publicação foi financiada pela Bloomberg Philanthropies. A Universidade de Illinois, em Chicago (UIC), é parceira da Iniciativa Bloomberg para a Redução do Uso do Tabaco. As opiniões expressas neste documento não podem ser atribuídas e nem representam as opiniões da UIC, do Instituto de Pesquisa e Política em Saúde ou da Bloomberg Philanthropies.

Para quaisquer comentários ou perguntas sobre esta publicação, envie um e-mail para info@tobacconomics.org. Adoraríamos ouvir você.

Direitos Autorais © 2020 por Tobacconomics. Todos os direitos reservados.

Design da capa, layout interior e formatação: Alamini Creative Group
Edição: Alison Goldstein, MPH

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer às seguintes pessoas por suas contribuições para esta publicação: Johanna Birckmayer, Maria Carmona, Joanna Cohen, Gan Quan, Chris Lane e Kevin Welding.

Sumário

Resumo Executivo	2
I. Introdução	3
II. Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros - Pontuação Geral	9
III. Preço do Cigarro	13
IV. Mudança na Acessibilidade do Cigarro	15
V. Carga Tributária	17
VI. Estrutura do Imposto de Consumo Específico	20
VII. Discussão	23
Referências	25
Apêndices	26

Lista de Figuras

Figura 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018	10
Figura 2. Pontuação de preços de cigarros, 2018	14
Figura 3. Pontuação de variações na acessibilidade, 2018	16
Figura 4. Pontuação das cargas tributárias, 2018	18
Figura 5. Pontuação da estrutura dos impostos de consumo específicos para cigarros, 2018	21

Lista de Tabelas

Tabela 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018	10
Tabela 2. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, globalmente e por região da OMS, 2018	12
Tabela 3. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018	12
Tabela 4. Preços médios do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação, globalmente e por região da OMS, 2018	14
Tabela 5. Preços médios do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018	14
Tabela 6. Média anual de mudanças na acessibilidade do cigarro e pontuação, globalmente e por região da OMS, 2018	16
Tabela 7. Média anual de mudanças na acessibilidade do cigarro e pontuação, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018	16
Tabela 8. Carga tributária total, carga tributária de impostos de consumo e pontuação, globalmente e por região da OMS, 2018	18
Tabela 9. Carga tributária total, carga tributária de impostos de consumo e pontuação, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018	19
Tabela 10. Pontuação média da estrutura tributária, globalmente e por região da OMS, 2018	22
Tabela 11. Pontuação média da estrutura tributária, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018	22
Apêndice Tabela 1. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018	26
Apêndice - Tabela 2-A. Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2018	29
Apêndice - Tabela 2-B. Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2016	34
Apêndice - Tabela 2-C. Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2014	39
Apêndice Tabela 3. Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2014, 2016 e 2018	44

Resumo Executivo

As crises globais de saúde e econômicas causadas pela pandemia da COVID-19 tiveram um impacto devastador nos orçamentos governamentais. Aumentar os impostos sobre o tabaco é um primeiro passo lógico para os governos incrementarem a receita, tão necessária para a recuperação econômica, enquanto promovem a saúde pública. O uso do tabaco - uma pandemia de lenta evolução em si - é responsável por mais de oito milhões de mortes a cada ano e cerca de 13% de todas as mortes, custando às economias mundiais mais de US\$ 1,4 trilhão em gastos com saúde e perda de produtividade. A maioria dessas mortes e perdas econômicas ocorre em países de renda baixa e média. A maneira mais eficaz de reduzir a devastação causada pelo uso do tabaco na economia e na saúde é aumentar significativamente os impostos e o preço do tabaco. A melhor forma de fazer isso é por meio de um imposto de consumo específico, uniforme, que represente pelo menos 70% do preço de varejo e seja atualizado automaticamente para ficar à frente da inflação e do crescimento da renda.

A Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics registra, em uma escala de cinco pontos, o desempenho das políticas tributárias sobre o cigarro em mais de 170 países. Ela usa dados do Relatório Bienal da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a Epidemia Global do Tabaco e fornece aos formuladores de políticas uma avaliação acionável das políticas tributárias sobre o cigarro em seu país.



A avaliação mostra que, em geral, a maioria dos países não está conseguindo tributar os cigarros de forma eficaz:

Quase a metade atingiu menos de dois dos cinco pontos máximos, com poucas melhorias nos últimos seis anos.

A pontuação média global aumentou apenas ligeiramente, de 1,85 em 2014 para 2,07 em 2018. Embora as pontuações gerais tenham melhorado em 89 países, elas pioraram em 43 países.

Essa falha, no entanto, também representa uma oportunidade: existe um considerável potencial inexplorado para elevar os impostos sobre cigarros, aumentar a receita, tão necessária para a recuperação pós-COVID-19, e, mais importante, para salvar vidas e promover uma força de trabalho saudável e produtiva.

Os países com melhor desempenho nesta avaliação são a Austrália e a Nova Zelândia, com a pontuação de 4,63, o que reflete seus altos impostos de consumo específicos, uniformes, com aumentos regulares e que reduziram significativamente a acessibilidade dos cigarros. A região de melhor desempenho é a Europa, com uma pontuação média de 2,79. Não obstante, esse valor é pouco mais da metade da pontuação máxima possível de 5,0. Os países de renda alta geralmente têm impostos e preços mais altos e também estruturas tributárias mais eficazes do que os países de baixa renda.

Os países com a maior melhoria nas políticas tributárias de cigarros são o Bahrein (uma melhoria geral de três pontos), Arábia Saudita (+2,75), Emirados Árabes Unidos (+2,75), Quirguistão (+2,50) e Filipinas (+2,50). As melhorias no Bahrein, na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos refletem a introdução de impostos de consumo elevados especificamente para cigarros. Já no Quirguistão e nas Filipinas, as melhorias resultaram da simplificação de estruturas progressivas de impostos sobre os cigarros, que antes eram complicadas, acompanhadas por grandes aumentos de impostos.

Esperamos que esta publicação promova uma maior conscientização sobre a necessidade de políticas fiscais mais eficazes sobre o tabaco, motivando os formuladores de políticas a aumentar expressivamente os impostos sobre o cigarro a fim de elevar o preço dos produtos do tabaco, torná-los menos acessíveis e, em última instância, reduzir o uso global do tabaco.

I *Introdução*

O uso do tabaco é a principal causa de mortes evitáveis em todo o mundo, sendo responsável por mais de oito milhões de mortes a cada ano - cerca de 13% de todos os óbitos. A grande maioria dessas mortes ocorre em países de renda baixa e média (PRBMs). Anualmente, o uso de tabaco custa às economias mundiais mais de US\$ 1,4 trilhão em gastos com saúde e perda de produtividade. A redução desse fardo econômico e de saúde é possível por meio da implementação de políticas econômicas custo-efetivas e baseadas em evidências, incluindo leis de ambientes livres de fumo, rótulos gráficos com advertências proeminentes nas embalagens, proibição de publicidade, promoção e patrocínio de empresas de tabaco, campanhas públicas de educação em mídia de massa e apoio aos esforços de cessação. Essas políticas funcionam, mas a maneira mais eficaz de reduzir a devastação econômica e de saúde causada pelo uso do tabaco é aumentar consideravelmente os impostos e o preço desses produtos.

Uma orientação extensa sobre boas práticas de tributação do tabaco foi desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), o Banco Mundial, acadêmicos e pesquisadores de todo o mundo. A Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics incorpora essa orientação em um sistema de classificação de cinco pontos que avalia as políticas fiscais dos países em relação ao cigarro com base em quatro boas práticas estabelecidas para a tributação de cigarros. O foco é na tributação dos cigarros visto que são, de longe, o produto do tabaco mais consumido globalmente e devido à disponibilidade de dados comparáveis sobre a maioria dos países.

Por que impostos sobre o tabaco

Aumentar os impostos sobre o tabaco funciona. Evidências do mundo inteiro mostram que impostos mais altos geram preços mais altos, e esses valores mais elevados diminuem o uso geral do tabaco, pois induzem os usuários atuais a pararem de fumar e evitam que os jovens iniciem o uso do tabaco. Eles também reduzem as consequências negativas para a saúde e as consequências econômicas decorrentes do uso do tabaco.

Os aumentos de impostos sobre o tabaco têm maior impacto na redução do uso do produto entre as populações vulneráveis, incluindo jovens e pessoas de baixa renda. O uso do tabaco entre os jovens é mais sensível aos aumentos de preços do que entre os adultos, o que é particularmente importante visto que quase todos os usuários de tabaco começam durante a adolescência ou no início da juventude. Da mesma forma, os usuários de tabaco de baixa renda respondem mais aos aumentos de impostos e preços do que grupos de renda mais alta e são mais suscetíveis aos impactos prejudiciais do uso do tabaco na saúde, já que muitas vezes não têm acesso a serviços de saúde e/ou são mais propensos a terem outros problemas graves de saúde. Diante de impostos e preços mais altos, esses usuários têm maior probabilidade de interromper ou reduzir o uso do tabaco.

O aumento de impostos sobre o tabaco também gera novas receitas para o governo. Apesar de haver reduções no uso do tabaco, experiências de países ao redor do mundo mostram que grandes elevações de tributos sobre o produto incrementam as receitas fiscais. Isso ocorre porque as reduções no uso do cigarro são menores do que o aumento do preço, dado a natureza viciante da nicotina presente nesses produtos. Os aumentos em receitas governamentais podem, então, ser utilizados para financiar a saúde pública e outras prioridades de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a OMS estima que um aumento dos impostos sobre o cigarro de US\$ 1,00 por maço teria gerado entre US\$ 178 e 219 bilhões em 2018 (Goodchild et al., 2020).

Não é de surpreender que a maioria do público, incluindo muitos fumantes, apoie aumentos de impostos sobre os produtos de tabaco. De fato, a maioria dos fumantes se arrepende de ter começado e muitos tentam parar todos os anos. Por isso, uma parcela expressiva deles apoia essa medida. Esse apoio é ainda maior quando as receitas são usadas para financiar esforços de controle do tabaco e de promoção da saúde. Quando as receitas são direcionadas para fortalecer o controle do tabaco, o seu uso diminui ainda mais.

Por que esta Avaliação Comparativa?

Apesar de haver um número considerável de evidências que apoiam impostos mais altos de consumo do tabaco e das orientações de organismos internacionais, formuladores de políticas - especialmente nos PRBMs - têm demorado a adotar essas medidas. Essa falha é, em grande parte, fomentada pela forte oposição feita pela indústria do tabaco e seus aliados, que levantam preocupações sobre potenciais consequências econômicas negativas, sugerindo que impostos mais altos levam ao aumento do comércio ilícito e à perda de empregos, além de serem regressivos. Essas preocupações costumam ser falsas ou exageradas e não justificam a inação. Não obstante, essa oposição desacelerou ou interrompeu a implementação bem-sucedida da tributação do tabaco como uma estratégia de saúde pública viável e uma forma de mobilizar receitas governamentais tão necessárias.

Esta Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros tem como objetivo avaliar de forma abrangente a situação atual da tributação de cigarros em todos os países, sintetizando as boas práticas estabelecidas em um sistema de classificação de cinco pontos. Isso permite que os formuladores de políticas avaliem facilmente a eficácia da atual política tributária de cigarros de seu país, ao mesmo tempo em que veem as áreas específicas que precisam melhorar para uma tributação mais eficaz. Os formuladores de políticas também podem ver o progresso ao longo do tempo e comparar o desempenho do seu governo ao de outros.

Boas práticas

Esta Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros avalia os sistemas tributários dos países em relação à sua consistência com as Diretrizes do Artigo 6 da CQCT da OMS, o *Manual Técnico da OMS sobre a Administração Tributária do Tabaco*, os relatórios do Banco Mundial *Reforma Tributária sobre o Tabaco: Na Encruzilhada da Saúde e do Desenvolvimento e Curbing the Epidemic*, a Monografia 21 do Instituto Nacional do Câncer dos EUA (NCI) - OMS: *Os Aspectos Econômicos do Tabaco e do Controle do Tabaco* e outras pesquisas sobre a tributação efetiva do tabaco.

Artigo 6 da CQCT da OMS e Diretrizes (2014) A CQCT, o primeiro tratado mundial de saúde pública sob os auspícios da OMS, entrou em vigor em fevereiro de 2005. Atualmente, são 182 Partes, cobrindo 90% da população mundial. Embora reconheça a soberania tributária, o Artigo 6 do tratado conclama as Partes a usarem medidas tributárias e de preços para reduzir a demanda por produtos de tabaco, especialmente entre os jovens (OMS, 2003). As diretrizes do Artigo 6 foram adotadas pela Conferência das Partes e são baseadas em evidências, boas práticas e experiências das Partes que implementaram com sucesso medidas tributárias e de preços para reduzir o consumo de tabaco (OMS, 2014).

Manual Técnico da OMS sobre a Administração Tributária do Tabaco (2010) Esse manual técnico identifica as boas práticas de tributação do tabaco, compartilha abordagens de governos em matéria de tributação do tabaco, discute as barreiras ao uso de impostos sobre o tabaco para atingir objetivos de saúde e receita e apresenta estudos de caso de administração fiscal eficaz do tabaco (OMS, 2010).

Relatórios Reforma Tributária sobre o Tabaco (2017) e “Curbing the Epidemic” (1999) do Banco Mundial Esses relatórios examinam questões econômicas e opções de políticas para a tributação do tabaco e outras medidas de controle do tabaco. Eles também analisam as tendências globais do uso do tabaco e avaliam as consequências do controle do tabaco na saúde, nas economias e nas pessoas. Os dois relatórios se baseiam em evidências globais existentes, especialmente de países de renda baixa e média (Banco Mundial, 2017; Jha & Chaloupka, 1999).

Monografia 21 do NCI-OMS (2018) A Monografia examina sistematicamente a extensa pesquisa global e a base de evidências em torno da economia do controle do tabaco (NCI & OMS, 2018). O Capítulo 4 da Monografia discute modelos de demanda por produtos de tabaco e evidências do impacto de impostos e preços sobre a demanda desses produtos, além do efeito de fatores como idade e gênero na sensibilidade a mudanças no preço dos mesmos. O Capítulo 5 da Monografia analisa as evidências sobre as características e a administração dos impostos sobre o tabaco.

Fonte de dados primária

O sistema de classificação de cinco pontos é derivado dos dados nos apêndices relacionados a impostos/preços do relatório biennial da OMS sobre a Epidemia Global do Tabaco (RGTE). O relatório monitora a situação da epidemia do tabaco e as intervenções governamentais mais eficazes e custo-efetivas - medidas relacionadas e não relacionadas a preço - para reduzir o consumo de tabaco.

Os quatro componentes de classificação

Considerando essas diretrizes e boas práticas, a Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics utiliza um índice de cinco pontos, com base em quatro componentes-chave: preço dos cigarros, mudanças na acessibilidade desses produtos ao longo do tempo, carga tributária referente ao preço de varejo do cigarro e a estrutura tributária sobre os cigarros. Cada um dos quatro componentes é classificado utilizando um índice de cinco pontos, com a pontuação total refletindo a média das pontuações dos quatro componentes.

Componente 1: Preço do Cigarro



O preço é um fator determinante no uso do tabaco. À medida que o preço de um produto aumenta, os consumidores o usam menos; da mesma forma, à medida que o preço de um produto diminui, os consumidores o usam mais. Economistas observam a relação entre preços e consumo por meio de uma medida chamada “elasticidade-preço da demanda”, ou a variação percentual do consumo resultante de uma alteração de um por cento no preço. Se a mudança no consumo for proporcionalmente menor do que a mudança no preço, a demanda pelo produto é definida como inelástica; se a variação no consumo for proporcionalmente maior do que a variação no preço, a demanda pelo produto é considerada elástica em termos de preço.

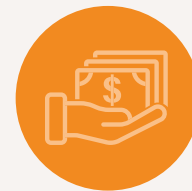
Os cigarros têm preços relativamente inelásticos: um aumento de preço resultará em um declínio proporcionalmente menor no consumo. O preço, portanto, deve ser alto o bastante para reduzir o consumo em grau suficiente para gerar benefícios claros para a saúde pública. Qualquer métrica que compare os preços em diferentes países deve levar em conta o poder de compra dos consumidores; nesta avaliação comparativa, são utilizados preços ajustados pela paridade do poder de compra (PPC). Esses aspectos são refletidos nos documentos norteadores das seguintes maneiras:

- As Diretrizes do Artigo 6 da CQCT afirmam que os aumentos de preços reduzem o uso do tabaco (2014).
- O manual de impostos sobre o tabaco da OMS afirma que o preço deve ser suficientemente alto (2010).
- O relatório Reforma Tributária do Tabaco do Banco Mundial destaca a importância de grandes aumentos de preços na redução do tabagismo (2017).
- A Monografia do NCI-OMS descreve as extensas evidências sobre a elasticidade-preço da demanda de cigarros (2018).

Com base nas evidências e nessas recomendações, a Avaliação Comparativa da Tobacconomics concede a pontuação mais alta ao preço ajustado pelo PPC de dez dólares internacionais ou mais em 2018, ajustado pela inflação, por um maço de 20 cigarros das marcas mais vendidas.

Componente 2: Mudanças na Acessibilidade do Cigarro

A renda da população, assim como o preço do produto, influencia a demanda. Na maioria dos bens e serviços, um aumento na renda provoca um aumento na demanda e, portanto, um aumento no consumo. Quando a renda adicional é gasta em bens e serviços como saúde e educação, ela melhora o bem-estar das pessoas. Por outro lado, a renda adicional gasta com produtos nocivos como o tabaco, que também têm externalidades negativas significativas, pode acarretar enormes custos econômicos e de saúde para as pessoas e sociedades.



Um rápido crescimento econômico que eleva a renda é capaz de compensar os aumentos de impostos e preços, limitando o impacto sobre o consumo. Considerar o impacto do preço e da renda ao mesmo tempo é a base do conceito de acessibilidade, definido como a proporção entre o preço e a renda. Pesquisas demonstram que aumentar a acessibilidade dos cigarros leva a um aumento no consumo, enquanto a diminuição da acessibilidade reduz o consumo. Aumentos de impostos e preços de cigarros devem ser altos o suficiente para reduzir a acessibilidade do produto e causar um impacto em seu uso.

- As Diretrizes do Artigo 6 da CQCT enfatizam a importância de aumentar os impostos para compensar a inflação e o crescimento da renda de modo a reduzir a acessibilidade (2014).
- O manual de impostos sobre o tabaco da OMS recomenda aumentar os impostos para reduzir a acessibilidade (2010).
- O relatório Reforma Tributária do Tabaco do Banco Mundial enfatiza a necessidade de “atacar a acessibilidade” (2017).
- A Monografia do NCI-OMS destaca pesquisas que mostram a importância de reduzir a acessibilidade para diminuir o uso de tabaco (2018).

Com base em evidências de pesquisas e nessas recomendações, a Avaliação Comparativa da Tobacconomics concede a pontuação mais alta para uma mudança média anual em acessibilidade estatisticamente significativa de 7,5% ou mais entre 2012 e 2018, que seja resultado de pelo menos um aumento de impostos de consumo específicos durante esse período.

Componente 3: Cargas Tributárias



A proporção dos impostos no preço de varejo é uma medida-chave do desempenho tributário. Cargas tributárias mais altas geralmente resultam em preços de varejo mais elevados, além de reduções no uso do tabaco. Quanto maior a carga de impostos, mais o governo ganha em receita. As cargas tributárias devem ser altas o suficiente para permitir que os governos elevem a receita com o aumento de preços, ao mesmo tempo em que também reduzem o uso do tabaco. Se o aumento do preço decorre apenas de um incremento de valor proveniente da indústria, as receitas também irão para a indústria do tabaco, a despeito da queda do consumo.

A carga tributária dos preços de cigarro tem sido foco de várias recomendações e é a métrica mais amplamente usada para avaliar a força dos sistemas fiscais referentes ao tabaco em todo o mundo. Essas recomendações variam em relação aos impostos que são incluídos e à carga sugerida. Algumas se concentram na carga de impostos de consumo específicos, que afetam o preço de varejo, enquanto outras incluem impostos adicionais, como impostos de importação, tributos gerais sobre vendas ou impostos de valor agregado. Apesar dessas diferenças, todas recomendam que os impostos devem representar a maior parte do preço de varejo.

- O manual de impostos sobre o tabaco da OMS recomenda que os impostos de consumo específicos representem pelo menos 70% do preço de varejo; as Diretrizes do Artigo 6 da CQCT citam isso em uma nota de rodapé ao discutir os níveis adequados de tributação (OMS, 2010 e 2014).

- Os relatórios da OMS sobre a epidemia global do tabaco usam 75% ou mais de carga tributária total como parâmetro para que o resultado seja considerado satisfatório (2015).
- O relatório “**Curbing the Epidemic**” do Banco Mundial recomenda que os impostos representem de dois terços a quatro quintos do preço de varejo (Jha & Chaloupka, 1999).

Com base nessas recomendações, esta Avaliação Comparativa da Tobacconomics concede a pontuação mais alta para um imposto de consumo específico de 70% ou mais e para uma carga tributária total de 75% ou mais. A média das pontuações separadas é então calculada para cada uma das cargas, gerando assim uma pontuação única para a carga tributária.

Componente 4: Estrutura Tributária

As estruturas tributárias são fundamentais para garantir que os aumentos de impostos reduzam o uso do tabaco e elevem as receitas do governo. Em primeiro lugar, a estrutura tributária determina o objeto do imposto. Impostos de consumo específicos sobre produtos do tabaco são mais eficazes para reduzir o uso do tabaco do que outros impostos geralmente incorridos sobre bens e serviços, porque esses impostos aumentam os preços dos produtos do tabaco em relação a outros bens e serviços. Em segundo lugar, o tipo de imposto de consumo específico é importante. Um imposto de consumo pode ser um tributo *ad valorem*, em que a alíquota é aplicada a um determinado valor do produto, ou pode ser um imposto específico, que incide sobre uma unidade definida do produto. A maioria dos países aplica um imposto de consumo específico ou *ad valorem* sobre os cigarros, enquanto outros usam uma combinação dos dois (sistema misto). Alguns países que dependem de impostos de consumo específicos – além de outros que usam sistemas mistos - aplicam um imposto específico mínimo, o que ajuda a manter mais altos os preços das marcas mais baratas.



Além disso, a base sobre a qual o imposto é apurado tem impacto direto no preço final e nas receitas geradas pelo imposto. Por exemplo, um imposto *ad valorem* pode ser cobrado sobre o preço de varejo, que reflete os custos de produção e distribuição, ou sobre o preço de fábrica, que reflete apenas os custos de produção. Um imposto específico, entretanto, é cobrado na unidade de produto e é mais fácil de administrar. Alguns países definem vários níveis de impostos para cigarros, geralmente classificados por preço ou outras características distintas. Por fim, os impostos de consumo específicos precisam ser atualizados regularmente para evitar que o valor real do imposto caia e que a acessibilidade aumente.

Recomendações:

- As Diretrizes do Artigo 6 da CQCT da OMS recomendam uma estrutura tributária específica uniforme ou uma estrutura mista de impostos *ad valorem* e tributação específica, que se baseia mais em um componente específico e um imposto específico mínimo (2014).
- O manual de impostos sobre o tabaco da OMS enfatiza impostos de consumo e estruturas tributárias uniformes (2010).
- O relatório Reforma Tributária do Tabaco do Banco Mundial recomenda a tributação por quantidade para minimizar a troca por marcas mais baratas em resposta aos aumentos dos impostos sobre cigarros (2017).
- Evidências de pesquisa na Monografia do NCI-OMS destacam os benefícios de estruturas tributárias uniformes e estruturas tributárias que enfatizam impostos específicos (2018).

Com base em evidências de pesquisas e nessas recomendações, este componente da Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics concede a pontuação mais alta para: (1) um imposto de consumo específico ajustado automaticamente; ou (2) um imposto de consumo específico misto, com ênfase no componente específico, além de um imposto mínimo, com ajuste automático ao componente tributário específico e o uso do preço de varejo como base para o componente do imposto *ad valorem*.

Sobre a Avaliação Comparativa

Esta primeira edição da Avaliação Comparativa usa o relatório mais recente da OMS sobre a epidemia global do tabaco (RGTE) (que reporta dados de 2018). A próxima edição da tabela será lançada em 2021, utilizando o RGTE de 2021 (dados de 2020); pontuações comparáveis foram construídas para 2016 e 2014 usando dados do RGTE de 2017 e 2015, respectivamente, a fim de avaliar as mudanças ao longo do tempo nos sistemas tributários de cigarros. No futuro, a tabela será lançada bienalmente usando os dados mais recentes do RGTE. Serão desenvolvidos materiais adicionais baseados nessa tabela. A seguir, um relatório narrativo descreve, resumidamente, os resultados gerais e a pontuação de cada um dos quatro componentes. Os apêndices fornecem as pontuações gerais por país, bem como as pontuações de cada componente de classificação. Os dados apresentados por região refletem os sete agrupamentos regionais definidos pela OMS (região africana - AFR; região das Américas - AMR; região do Mediterrâneo Oriental - EMR; região europeia - EUR; região do Sudeste Asiático - SEAR; e região do Pacífico Ocidental - WPR), enquanto os dados apresentados por nível de renda refletem as categorias de renda definidas pelo Banco Mundial.

II

Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarro - Pontuação Geral

As pontuações gerais dos impostos sobre cigarros em 2018 aparecem na Figura 1 e na Tabela 1, referentes aos 174 países com dados disponíveis e a cada um dos quatro componentes. Essa pontuação composta é construída como a média simples das pontuações de cada um dos quatro componentes-chave: preço do cigarro, mudança na acessibilidade do cigarro, carga tributária dos preços de cigarros e estrutura tributária do cigarro. A pontuação geral pode variar de zero, para os países com pontuação zero em todos os componentes, a cinco, para os países que recebem a pontuação mais alta em todos os componentes. As pontuações de cada um dos quatro componentes estão explicadas abaixo.

Em 2018, apenas quatro países receberam uma pontuação de quatro ou mais: a Austrália e a Nova Zelândia, que tiveram nota 4,63, seguidas pelo Equador e Reino Unido, com a nota 4,38. As altas pontuações da Austrália e Nova Zelândia refletem seus impostos de consumo específicos muito elevados e uniformes, que resultam em preços de cigarro bastante altos, bem como aumentos regulares nos impostos sobre os cigarros nos últimos anos, que reduziram expressivamente a acessibilidade dos cigarros. A partir de 2013, a Austrália aumentou seu imposto de consumo específico de cigarros em 12,5% ao ano, além de implantar incrementos semestrais vinculados à inflação (antes de 2014) ou ao aumento dos salários (desde 2014). Da mesma forma, a partir de 2010 a Nova Zelândia aumentou seu imposto sobre o cigarro em pelo menos dez por cento, mais a inflação, em janeiro de cada ano. O Equador tem um imposto específico uniforme que dobrou em 2018, resultando em altos preços de cigarros e uma redução acentuada da acessibilidade. O Reino Unido é o único país dos quatro principais a utilizar um sistema misto de impostos de consumo específicos sobre cigarros; seu sistema inclui um componente tributário específico significativo, que aumenta automaticamente a cada ano, e um componente *ad valorem*, que é cobrado com base nos preços de varejo dos cigarros, com incrementos adicionais em impostos além da inflação, reduzindo significativamente a acessibilidade dos cigarros.

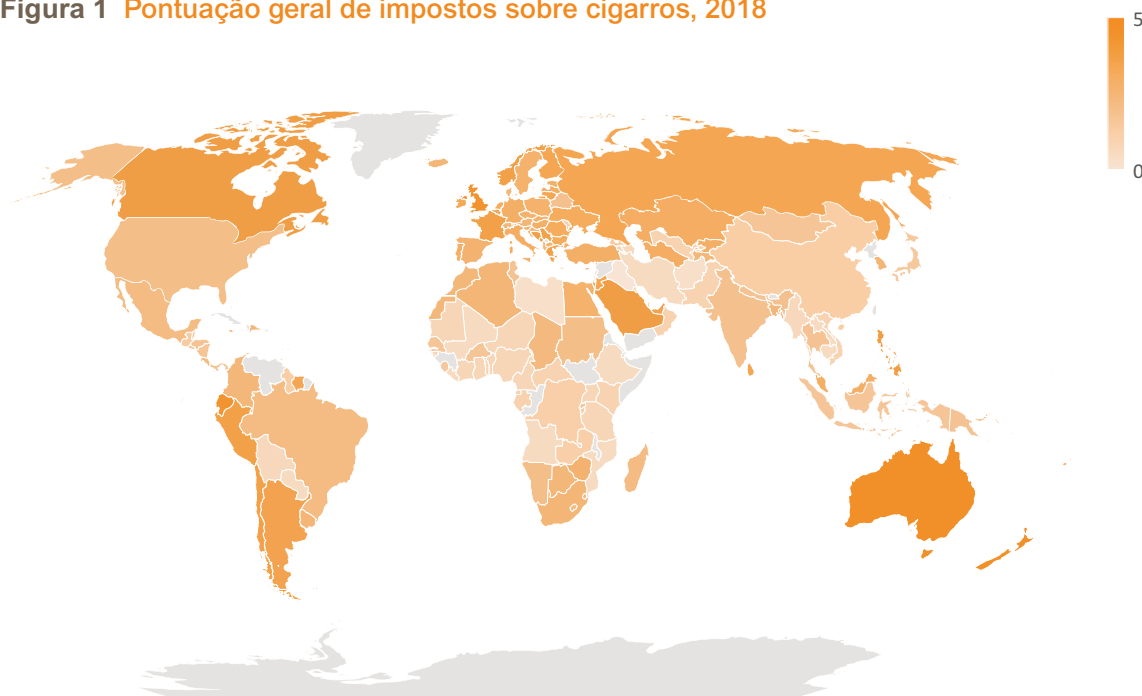
No outro extremo do espectro, o Iraque é o único país com pontuação zero em 2018, refletindo a falta de imposto de consumo específico sobre o cigarro e outros impostos mínimos, resultando em cigarros muito baratos e uma acessibilidade que não sofreu mudanças expressivas ao longo do tempo. O Afeganistão e a Líbia se saem apenas ligeiramente melhor, com pontuações gerais de 0,25 em 2018. Nenhum dos países impôs um imposto de consumo sobre cigarros. No Afeganistão houve uma certa redução da acessibilidade dos cigarros nos últimos anos, mas que não decorreu de aumentos nos impostos sobre os cigarros. A Líbia recebe algum crédito por ter preços de cigarros um pouco acima dos níveis mais baixos do mundo.

Conforme mostra a Tabela 2, a Europa está se saindo melhor do que outras regiões, com uma pontuação média de 2,79; entretanto, isso é pouco mais da metade da pontuação de 5,0 que poderia ser atingida por países com desempenho máximo em todos os componentes. A pontuação relativamente alta da região europeia reflete estruturas tributárias mais fortes e impostos e preços mais elevados decorrentes da diretiva da União Europeia sobre tributação de tabaco, uma obrigação que todos os 28 países-membros (incluindo o Reino Unido em 2018) devem cumprir. Além disso, países que desejam entrar no bloco devem adotar impostos semelhantes. A região africana apresenta o pior desempenho, com uma pontuação média de 1,36.

A Tabela 3 mostra as pontuações por categoria de renda do Banco Mundial. Há uma relação clara entre as pontuações gerais e a renda, sendo que as pontuações médias aumentam com a renda. Os países de renda alta geralmente têm impostos e preços mais altos e estruturas tributárias mais fortes do que os países de baixa renda. Dito isso, há muitas exceções específicas em cada país com relação a componentes individuais (consulte o Apêndice).

Houve uma certa melhora nas pontuações gerais ao longo do tempo, com a pontuação média global subindo de 1,85 em 2014 para 2,07 em 2018. Entre os 165 países para os quais as pontuações puderam ser calculadas nos dois anos, as pontuações gerais melhoraram em 89 países, permaneceram as mesmas em 33 e pioraram em 43. As pontuações melhoraram mais no Bahrein (uma melhora geral de três pontos), Arábia Saudita (+2,75), Emirados Árabes Unidos (+2,75), Quirguistão (+2,50) e Filipinas (+2,50). As melhorias no Bahrein, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos refletem a introdução de impostos de consumo específicos e significativos para cigarros, sendo que antes dependiam de tributos de importação. Já no Quirguistão e nas Filipinas, as melhorias foram resultado da simplificação de estruturas progressivas de impostos sobre cigarros (que antes eram complicadas) junto com um grande aumento dos impostos. Na maioria dos países onde as pontuações caíram ao longo do tempo, a queda é mais frequentemente explicada por falhas em manter a redução da acessibilidade do cigarro.

Figura 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis.

Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018, do mais baixo ao mais alto, por pontuação



Pontuação <1,0 N=41	1.0 ≤ Pontuação < 2,0 N=41	2.0 ≤ Pontuação < 3,0 N=48	4.0 ≤ Pontuação < 4,0 N=40	Pontuação N=4
Iraque		Namíbia	Itália	
Afeganistão	Guiné Equatorial	Sudão	Cazaquistão	Equador
Líbia	Gabão	Estados Unidos da América	Turcomenistão	Reino Unido
Angola	Omã	Barbados	Bulgária	Austrália
Antígua e Barbuda	São Cristóvão e Neves	Brasil	Gâmbia	Nova Zelândia
Camboja	Tuvalu	Costa Rica	Jamaica	
Etiópia	Comores	Lesoto	Malta	
Irã			Holanda	

Pontuação <1,0 N=41	1.0 ≤ Pontuação < 2,0 N=41	2.0 ≤ 3,0 Pontuação < 3,0 N=48	4.0 ≤ Pontuação < 4,0 N=40	Pontuação N=4
Laos	Congo	Madagascar	Romênia	
Libéria	Granada	México	Samoa	
Mali	República da	Vanuatu	Seychelles	
Ilhas Marshall	Moldávia	Albânia	Ucrânia	
Moçambique	Zâmbia	Chade	Bélgica	
Paraguai	China	Essuatíni	Irlanda	
Azerbaijão	Dominica	Bangladesh	Maurício	
Bolívia	Guiana	Botswana	Singapura	
República	Maldivas	Colômbia	Trinidad e Tobago	
Democrática do	São Tomé e Príncipe	Dinamarca	Finlândia	
Congo	Burundi	República	Jordânia	
Myanmar	Geórgia	Dominicana	Lituânia	
Benim	Guatemala	Luxemburgo	Rússia	
Cabo Verde	Belize	Marrocos	Sri Lanka	
Camarões	Japão	Tajiquistão	Suriname	
Costa do Marfim	Nauru	Argélia	Argentina	
Gana	São Vicente e	Áustria	Emirados Árabes	
Guiné-Bissau	Granadinas	Croácia	Unidos	
Kuwait	Serra Leoa	Islândia	Bósnia e Herzegovina	
Mauritânia	Burkina Faso	Coreia do Sul	Chile	
Estados Federados	Indonésia	África do Sul	França	
da	Mongólia	Suíça	Grécia	
Micronésia	Nicarágua	Uruguai	Israel	
Níger	Ruanda	Macedônia do Norte	Noruega	
Nigéria	Senegal	Espanha	Peru	
Ilhas Salomão	Honduras	Zimbábue	Sérvia	
Togo	Kiribati	República Checa	Tonga	
Uganda	Nepal	Egito	Bahrein	
Tanzânia	Papua Nova Guiné	Fiji	Canadá	
Armênia	Tailândia	Polônia	Filipinas	
República Centro-	Timor-Leste	Suécia	Arábia Saudita	
Africana	Tunísia	Chipre	Montenegro	
Quênia	Bielorrússia	Estônia	Palau	
Libano	El Salvador	Alemanha		
Paquistão	Índia	Hungria		
Catar	Panamá	Quirguistão		
Uzbequistão	Santa Lúcia	Letônia		
Vietnã		Malásia		
		Portugal		
		Eslováquia		
		Eslovênia		
		Turquia		

Obs.: Os países de cada coluna estão ordenados por pontuação, da mais baixa para a mais alta, e em ordem alfabética quando as pontuações são idênticas.

Tabela 2 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, globalmente e por região da OMS, 2018

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Pontuação	1,36	2,13	1,68	2,79	1,82	2,14	2,07

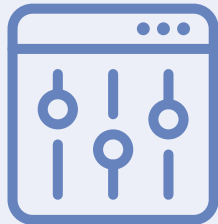
Tabela 3 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018

Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Pontuação	1,26	1,51	2,13	2,85	2,07

III

Preço do cigarro

Dadas as extensas evidências sobre o impacto dos preços no tabagismo, o preço dos cigarros é um indicador-chave do desempenho do sistema tributário de determinado país. Este componente da Avaliação Comparativa é baseado no preço de um maço de 20 cigarros da marca mais vendida em dólares internacionais, ajustado pela paridade do poder de compra (PPC). Com base nos preços informados sobre 2018, as pontuações são baseadas no seguinte:



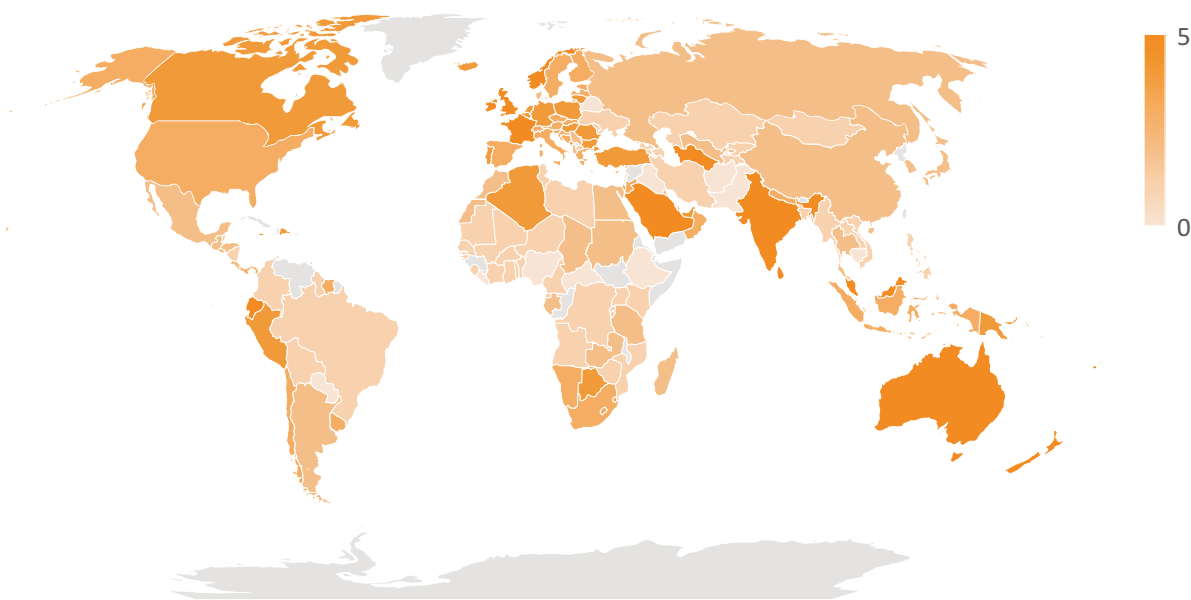
Pontuação - Preço do cigarro:

- 5: Preço $\geq 10,0$ Intl\$ PPC
- 4: $8,0 \leq \text{preço} < 10,0$
- 3: $6,0 \leq \text{preço} < 8,0$
- 2: $4,0 \leq \text{preço} < 6,0$
- 1: $2,0 \leq \text{preço} < 4,0$
- 0: Preço $\geq 2,0$ Intl\$ PPC

A Figura 2 mostra as pontuações referentes aos preços dos cigarros em 2018. Dos 174 países com dados disponíveis, 19 países receberam a pontuação mais alta de cinco, liderados pelo Sri Lanka (\$22,17), Turcomenistão (\$18,81), Arábia Saudita (\$17,68), Cingapura (\$16,87) e Jamaica (\$16,59). Doze países receberam a pontuação zero, com os preços mais baixos no Paraguai (\$0,80), Iraque (\$1,24), República Democrática do Congo (\$1,28), Camboja (\$1,42) e Afeganistão (\$1,50). Conforme mostra a Tabela 4, os preços médios e as pontuações foram mais altos nas regiões da Europa, Sudeste Asiático e Pacífico Ocidental e mais baixos na região africana. Os preços médios e as pontuações de preços aumentam com a renda, conforme mostra a Tabela 5.

Ajustadas pela inflação, as pontuações dos preços dos cigarros têm aumentado ao longo do tempo, de uma média de 1,73 em 2014 para 2,35 em 2018. O número de países que receberam a pontuação mais alta quase triplicou de 2014 (7) a 2018 (19), enquanto o número de países que receberam a pontuação mais baixa caiu em mais da metade (de 26 em 2014 para 12 em 2018).

Figura 2 Pontuação de preços de cigarros, 2018



Obs.: Com base em 174 países em 2018; os países em cinza não têm dados disponíveis.

Tabela 4 Preços médios do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação, globalmente e por região da OMS, 2018


Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Preço	\$4,03	\$5,95	\$5,62	\$7,31	\$7,43	\$7,12	\$6,07
Pontuação	1,49	2,39	2,00	2,94	2,78	2,71	2,35

Tabela 5 Preços médios do cigarro (Intl\$ PPC) e pontuação, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018

Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Preço	\$2,98	\$4,48	\$6,32	\$8,57	\$6,07
Pontuação	1,04	1,58	2,47	3,47	2,35

IV *Mudança na Acessibilidade do Cigarro*

Em países onde a renda aumentou rapidamente, fica cada vez mais claro que os impostos sobre os cigarros precisam subir o suficiente para aumentar os preços mais do que os incrementos em renda para reduzir a acessibilidade dos cigarros. Isso é analisado pelo segundo componente da Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics, que avalia as mudanças na acessibilidade do cigarro ao longo de um período de seis anos. A acessibilidade é definida como o percentual do PIB per capita necessário para comprar 2.000 cigarros da marca mais vendida; um aumento dessa medida significa que os cigarros estão se tornando menos acessíveis ao longo do tempo. Para evitar dar crédito a países onde a acessibilidade caiu devido à redução da renda ou aos preços mais altos da indústria, pontuações mais altas são atribuídas a países onde a redução da acessibilidade resultou, pelo menos em parte, de um aumento do imposto de consumo específico sobre cigarros. A significância estatística da mudança na acessibilidade é baseada na abordagem usada no RGTE da OMS, que utiliza um modelo simples de regressão do logaritmo natural da medida de acessibilidade em uma variável de ano. As pontuações de 2018 neste componente são baseadas em mudanças estatisticamente significativas na acessibilidade da marca de cigarros mais vendida entre 2012 e 2018, da seguinte forma:



Pontuação - Mudança na Acessibilidade:

- 5: 7,5% de redução de acessibilidade média anual ou superior
- 4: $5,0\% \leq$ redução de acessibilidade média anual $< 7,5\%$
- 3: $2,5\% \leq$ redução de acessibilidade média anual $< 5,0\%$
- 2: Redução de acessibilidade média anual $< 2,5\%$
- 1: Acessibilidade reduzida, mas sem aumento do imposto de consumo
- 0: Maior acessibilidade ou nenhuma mudança estatisticamente significativa

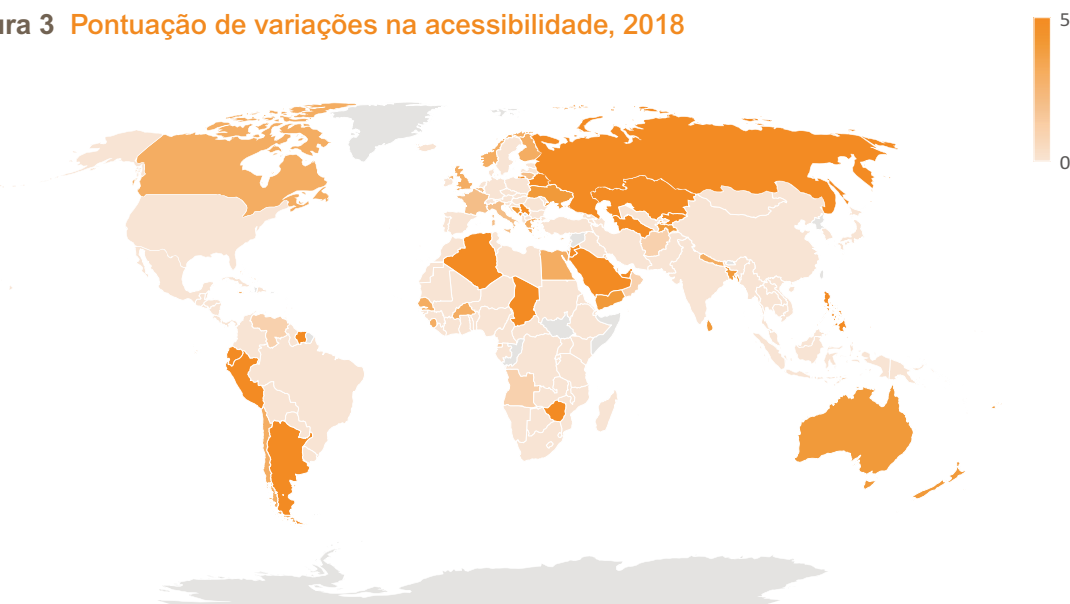
A Figura 3 mostra as pontuações referentes às mudanças na acessibilidade dos cigarros entre 2012 e 2018. Dos 186 países com dados disponíveis, 23 países receberam a pontuação mais alta de cinco, liderados pela Arábia Saudita (redução média anual de 19,87%), Argélia (18,50%), Gâmbia (16,52%), Filipinas (15,69%) e Emirados Árabes Unidos (15,56%). Por outro lado, a maioria dos países - 123 dos 186 - recebeu a pontuação zero, pois não apresentaram nenhuma mudança estatisticamente significativa na acessibilidade ao longo do tempo (95 países) ou tiveram um aumento significativo na acessibilidade (28 países). Onze países tiveram um declínio significativo na acessibilidade do cigarro entre 2012 e 2018, mas não aumentaram o imposto de consumo específico sobre cigarros durante esse período. As pontuações dos 29 países restantes foram distribuídas da seguinte forma: 4,0 - 11 países, 3,0 - 13 países e 2,0 - cinco países.

A Tabela 6 mostra as mudanças médias de acessibilidade entre os países que apresentaram mudanças significativas nesse quesito, por região, bem como as pontuações médias regionais e globais do componente de acessibilidade da Avaliação Comparativa; ao calcular essas médias, os países com mudanças não significativas de acessibilidade receberam pontuação zero. As maiores reduções em acessibilidade ocorreram na região do Mediterrâneo Oriental (queda média anual de 4,80%), seguida pelas regiões do Sudeste Asiático e das Américas. Apesar das grandes reduções de acessibilidade em alguns países africanos, a região apresenta uma queda média

mais lenta nesse quesito entre os países com mudanças significativas, além de ter a pontuação média mais baixa de todas as regiões. Conforme mostra a Tabela 7, os países de renda média-baixa têm a pior pontuação no quesito de acessibilidade, menor que a metade da pontuação dos outros grupos de renda, que têm pontuações médias semelhantes. As pontuações mais baixas dos países de renda média-baixa são atribuíveis, ao menos em parte, aos aumentos de renda relativamente maiores nesses países.

No geral, houve uma ligeira queda nas pontuações de acessibilidade do cigarro entre 2014 (uma pontuação média global de 1,25) e 2018 (média global de 1,18). O aumento dos países com a pontuação mais alta de cinco (de 16 países em 2014 para 23 países em 2018) foi compensado pelo aumento do número de países com pontuação zero (de 114 em 2014 para 123 em 2018).

Figura 3 Pontuação de variações na acessibilidade, 2018



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis.

Tabela 6 Média anual de mudanças na acessibilidade do cigarro e pontuação, globalmente e por região da OMS, 2018


Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Mudança de Acessibilidade	1,43%	2,89%	4,80%	1,66%	4,05%	1,76%	2,29%
Pontuação	0,70	1,18	1,55	1,40	1,33	1,24	1,18

Tabela 7 Média anual de mudanças na acessibilidade do cigarro e pontuação, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018

Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Mudança de Acessibilidade	2,63%	0,88%	3,27%	2,29%	2,29%
Pontuação	1,28	0,62	1,40	1,35	1,18

V Carga Tributária

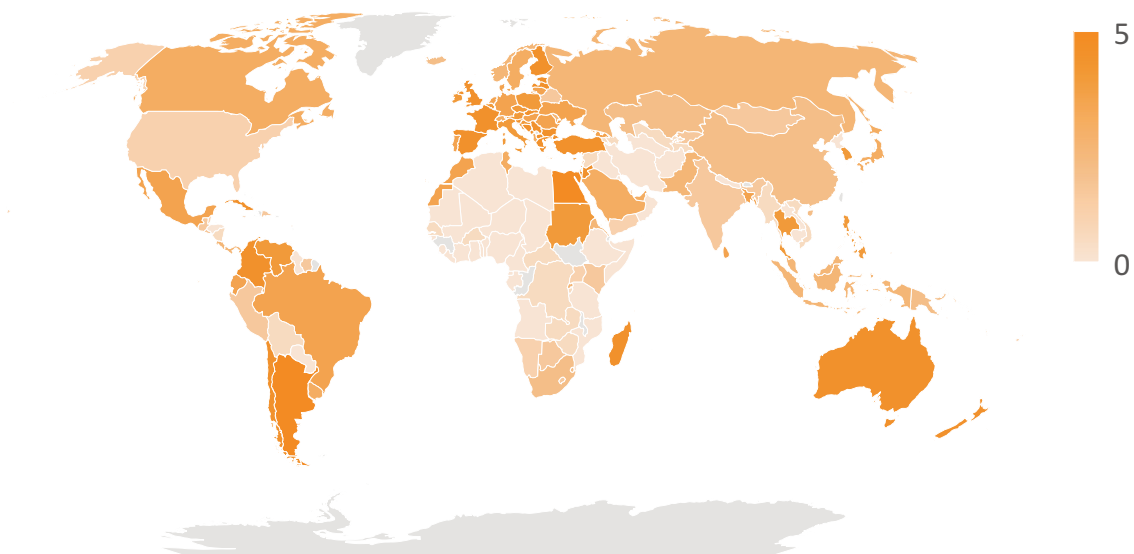
A métrica mais usada para avaliar a força dos sistemas fiscais dos países sobre o cigarro é a carga de imposto no preço de varejo dos cigarros. Há mais de duas décadas, o Banco Mundial recomendava que os impostos representassem entre dois terços e quatro quintos dos preços dos cigarros. Mais recentemente, em seus relatórios bienais sobre a epidemia global do tabaco, a OMS considera os países onde os impostos correspondem a pelo menos 75% do preço de varejo como os países com maior desempenho. Outros focaram na carga dos impostos de consumo específicos no preço de varejo, visto que esses impostos são mais importantes para aumentar o preço dos cigarros em relação aos preços de outros produtos e, portanto, terão um impacto maior no tabagismo. Cada medida tem seus pontos fortes e suas limitações. Por essas razões, a Avaliação Comparativa de Impostos Sobre Cigarros da Tobacconomics usa um componente baseado na média das pontuações de dois indicadores de carga tributária - um com base na carga de todos os impostos sobre cigarros e outro focado na carga de impostos de consumo específicos. A pontuação de cada um deles ocorre da seguinte forma:

	Pontuação - Carga Tributária Total:	Pontuação - Carga dos Impostos de Consumo:
	5: 75% de carga tributária total ou superior	5: 70% de carga tributária do imposto de consumo ou superior
	4: 65% ≤ carga < 75%	4: 60% ≤ carga < 70%
	3: 55% ≤ carga < 65%	3: 50% ≤ carga < 60%
	2: 45% ≤ carga < 55%	2: 40% ≤ carga < 50%
	1: 35% ≤ carga < 45%	1: 30% ≤ carga < 40%
	0: Carga tributária total < 35%	0: carga tributária do imposto de consumo < 30%

A Figura 4 mostra as pontuações de 2018. Dos 185 países com dados disponíveis, apenas quatro receberam a pontuação mais alta de cinco: Andorra (79,34% de carga tributária total, 75,03% de carga de imposto de consumo), Argentina (76,22%, 71,20%), Egito (77,19%, 77,19%) e Maurício (83,54%, 70,50). Outros 34 países receberam a pontuação mais alta por sua carga tributária total, mas não por sua carga de impostos de consumo específicos. Por outro lado, apenas dois países (Cuba e Palau) receberam a pontuação mais alta por sua carga de impostos de consumo específicos, mas atingiram uma pontuação menor em suas cargas tributárias totais. No outro extremo do espectro, 45 países receberam pontuação zero por sua carga tributária total e 70 receberam pontuação zero por sua carga no imposto de consumo específico, com 44 países pontuando zero em ambos. Como se vê na Tabela 8, as cargas tributárias e suas pontuações são mais altas na região europeia, em grande parte devido à diretiva tributária do tabaco da União Europeia, que exige que estados-membros adotem tributos sobre o consumo de cigarros relativamente altos. Por outro lado, as cargas tributárias e pontuações são mais baixas na região africana. Tal como acontece com os preços dos cigarros, as cargas tributárias e suas pontuações sobem com a renda. A pontuação média de cargas tributárias é quase cinco vezes mais alta em países de renda alta do que em países de baixa renda.

Houve pouca melhora nas pontuações ao longo do tempo, com a pontuação média global subindo de 1,91 em 2014 para 2,06 em 2018. Dos 182 países com dados referentes a 2014 e 2018, a maioria (103) não teve nenhuma mudança em sua pontuação. A pontuação aumentou em 51 países entre 2014 e 2018, liderada por aumentos de três pontos na Colômbia, que implantou um aumento significativo no imposto de consumo específico em 2017, e mais três países do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrein, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), que introduziram novos impostos de consumo sobre cigarros. Ao mesmo tempo, a pontuação caiu entre 2014 e 2018 em 28 países.

Figura 4 Pontuação das cargas tributárias, 2018



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis.

Tabela 8 Carga tributária total, carga tributária de impostos de consumo e pontuação, globalmente e por região da OMS, 2018

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Carga tributária total	37,11%	48,90%	47,21%	69,58%	48,14%	55,06%	52,43%
Pontuação da carga tributária total	1,00	2,09	2,24	3,96	2,20	2,50	2,43
Carga tributária do imposto de consumo	24,08%	36,00%	30,50%	53,04%	31,97%	38,10%	37,32%
Pontuação da carga do imposto de consumo	0,61	1,45	1,52	2,84	1,30	1,81	1,69
Imposto misto	0,81	1,77	1,88	3,40	1,75	2,15	2,06

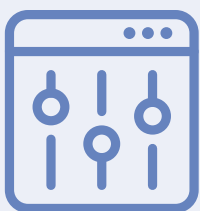
Tabela 9 Carga tributária total, carga tributária de impostos de consumo e pontuação, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018

Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Carga tributária total	32,89%	46,83%	53,05%	66,94%	52,43%
Pontuação da carga tributária total	0,83	1,82	2,43	3,78	2,43
Carga tributária do imposto de consumo	19,28%	34,11%	35,78%	51,29%	37,32%
Pontuação da carga do imposto de consumo	0,33	1,25	1,59	2,87	1,69
Pontuação da carga do imposto misto	0,58	1,53	2,01	3,33	2,06

VI

Estrutura do Imposto de Consumo Específico

A estrutura de um imposto de consumo específico determina sua eficácia no cumprimento de metas de saúde pública e de receita do tributo, com estruturas tributárias simples e uniformes tendo maior impacto. Este componente da Avaliação Comparativa avalia várias dimensões das estruturas do imposto de consumo específico da seguinte forma:



Pontuação - Estrutura Tributária:

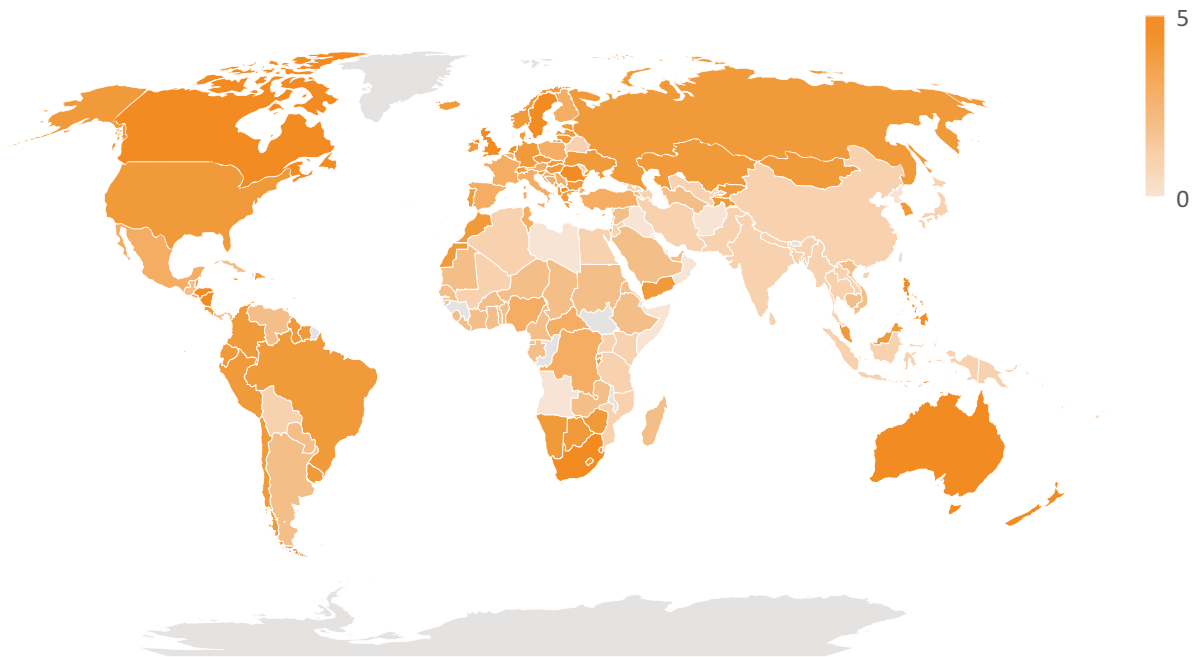
- 5: Um imposto específico uniforme com inflação automática ou outro ajuste; ou um sistema misto uniforme, com maior carga do imposto específico e ajuste automático do componente específico, com o preço de varejo como a base do componente *ad valorem*, e um imposto específico mínimo.
- 4: Um imposto específico uniforme ou sistema misto uniforme, com uma carga maior de imposto específico, mas sem as demais características elencadas acima.
- 3: Um sistema misto uniforme, com uma carga maior do imposto *ad valorem*.
- 2: Um imposto uniforme *ad valorem*.
- 1: Um imposto de consumo específico progressivo ou *ad valorem*.
- 0: Nenhum imposto de consumo específico.

A Figura 5 mostra as pontuações das estruturas tributárias em 2018. Dos 185 países com dados disponíveis, 12 receberam a pontuação mais alta de cinco. Destes, sete países implementam um imposto de consumo específico uniforme, que é automaticamente ajustado pela inflação ou por outros fatores: Austrália, Canadá, Honduras, Nova Zelândia, Nicarágua, Filipinas e África do Sul. Cinco países aplicam um sistema misto uniforme, com uma carga mais alta para o imposto específico, um ajuste automático para o imposto específico, uma base de preço de varejo para o imposto *ad valorem* e um imposto específico mínimo: Holanda, Macedônia do Norte, Romênia, Suécia e Reino Unido. Outros 65 países usam um imposto específico uniforme que não é ajustado automaticamente ou um sistema misto com uma carga maior de imposto específico, que não inclui as três características exigidas para a pontuação mais alta. Vinte e dois países usam um sistema uniforme misto, que atribui maior peso ao componente *ad valorem*, enquanto 40 aplicam um sistema *ad valorem* uniforme. Trinta e um países usam alguma forma de estrutura de imposto de consumo progressiva com cargas que variam com base no preço, comprimento do cigarro, presença de filtro, embalagem de cigarro, tipo e/ou nível de produção e/ou outros fatores. Por fim, 15 países não cobram imposto de consumo específico; ao invés disso, dependem de taxas de importação e/ou outros impostos.

A Tabela 10 apresenta as pontuações médias das estruturas tributárias por regiões da OMS. A região europeia é a região com melhor desempenho, o que em parte reflete o sistema misto uniforme com um imposto mínimo exigido pela diretiva tributária do tabaco da União Europeia. Ela é seguida de perto pela região das Américas. As regiões com as pontuações mais baixas são o Sudeste Asiático e o Mediterrâneo Oriental. A pontuação baixa da região do Sudeste Asiático reflete os sistemas progressivos de impostos de consumo específico de cigarros implementados em muitos dos países da região, incluindo Bangladesh, Índia, Indonésia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia. No entanto, a pontuação baixa da região do Mediterrâneo Oriental é resultado da falta de um imposto de consumo específico sobre cigarros em vários países, incluindo o Afeganistão, Iraque, Kuwait, Líbia, Catar e Somália. A Tabela 11 apresenta as pontuações médias por grupos de renda do Banco Mundial. Assim como acontece com o preço do cigarro e as medidas de alíquotas tributárias, a pontuação da estrutura tributária aumenta com a renda.

As pontuações das estruturas tributárias mudaram pouco ao longo do tempo, passando de uma pontuação média global de 2,48 em 2014 para 2,69 em 2018. A grande maioria dos países não mudou suas estruturas tributárias durante esse período. As mudanças mais significativas na estrutura tributária foram implantadas em Belize e nas Filipinas. Após não ter imposto de consumo de cigarros, Belize introduziu um imposto específico uniforme, elevando sua pontuação neste componente de zero para quatro. Já as Filipinas passaram de um sistema tributário progressivo para um imposto de consumo específico uniforme, com ajustes automáticos, aumentando sua pontuação de um para cinco. Outros 27 países melhoraram sua pontuação de estrutura tributária de 2014 a 2018. Em contraste, nove países tiveram uma queda da pontuação de estrutura tributária de 2014 para 2018, incluindo o Turcomenistão (mudança de um imposto uniforme específico para um imposto *ad valorem* uniforme), a Tailândia (substituição de um imposto *ad valorem* uniforme por um imposto *ad valorem* progressivo, com base no preço) e o Quênia (reinstauração de um imposto específico progressivo em 2015).

Figura 5 Pontuação da estrutura dos impostos de consumo específicos para cigarros, 2018



Obs.: Os países em cinza não têm dados disponíveis.

Tabela 10 Pontuação média da estrutura tributária, globalmente e por região da OMS, 2018

Região	AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR	Global
Pontuação	2,43	3,33	1,43	3,43	1,10	2,46	2,69

Tabela Pontuação média da estrutura tributária, globalmente e por grupo de renda do Banco Mundial, 2018

Grupo de renda	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Global
Pontuação	2,03	2,36	2,64	3,35	2,69

VII

Discussão

Esta primeira edição da Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics visa fornecer uma abordagem abrangente, transparente, objetiva e simples para avaliar a força dos sistemas fiscais de cigarros em todo o mundo. Ela reconhece que um único indicador é insuficiente. O indicador usado mais amplamente - a parcela dos preços de cigarros no varejo que correspondem a impostos - captura um aspecto dos impostos sobre cigarros, mas países podem ter cargas altas e, mesmo assim, continuar tendo cigarros a preços baixos, aumentando a acessibilidade ao produto. Além disso, a carga tributária não identifica os pontos fortes e fracos das estruturas fiscais dos países. Estruturas tributárias fracas aumentam a variabilidade dos preços, o que permite que fumantes optem por marcas mais baratas quando os impostos sobem, limitando os benefícios de saúde e receita advindos dos impostos mais elevados.

A avaliação de quatro componentes desenvolvida neste relatório tem várias limitações: não inclui uma medida da eficácia da administração tributária, que é fundamental para minimizar a evasão e a sonegação fiscal. A Avaliação Comparativa, portanto, pode exagerar a força dos sistemas fiscais em alguns países com impostos e preços altos, acessibilidade em queda e boas estruturas tributárias. Por exemplo, enquanto o Equador (4,38) e Montenegro (3,88) estão entre os países com pontuação mais alta, ambos têm problemas significativos de evasão fiscal com o cigarro, o que limita a eficácia de seus impostos sobre o produto com relação à redução do tabagismo e o aumento de receitas. Até certo ponto, o componente de estrutura tributária captará aspectos da administração tributária, visto que impostos de consumo específicos simples e uniformes são mais fáceis de administrar e criam menos oportunidades de evasão e sonegação fiscal. Entretanto, esse componente deixará de lado outros aspectos-chave da administração tributária.

Uma segunda limitação é o foco na tributação do cigarro, dada a falta de dados abrangentes sobre a tributação de outros produtos do tabaco. Isso vale principalmente para os países onde o consumo de outros produtos do tabaco - incluindo bidis, tabaco sem fumaça e tabaco de cachimbo de água - é alto; e também não leva em consideração produtos novos, como os cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido. Na medida em que os impostos e preços desses produtos sejam baixos em relação aos impostos e preços dos cigarros, haverá oportunidades de substituição por produtos relativamente mais baratos, reduzindo os benefícios para a saúde e as receitas de impostos eficazes sobre os cigarros.

Vários dos componentes que compõem a pontuação geral - incluindo o preço do cigarro, mudanças na acessibilidade e cargas tributárias - são limitados à marca de cigarro mais vendida em cada país. Por isso, não refletem a variabilidade nos preços dos cigarros e as oportunidades para fumantes mudarem para marcas mais baratas à medida que os impostos e os preços dos cigarros aumentam. Mais uma vez, isso é parcialmente (mas não totalmente) capturado pelo componente de estrutura tributária, visto que as estruturas com pontuação mais alta são aquelas que reduzem a variabilidade dos preços entre as marcas de cigarro.

Além disso, alguns componentes são altamente dependentes das estratégias de preços das empresas de cigarros. Na medida em que as empresas de cigarros aumentam os preços em valores mais altos do que o incremento em impostos, o componente de carga tributária talvez não reflita totalmente os aumentos agressivos de impostos implantados em países como a Austrália e Nova Zelândia. Alternativamente, alguns países podem pontuar bem no componente de acessibilidade, apesar de terem aumentos modestos nos impostos sobre cigarros, se as empresas de cigarros tiverem aumentado os preços em valores maiores do que os incrementos tributários. Da mesma forma, se os preços da indústria forem muito baixos, as alíquotas tributárias podem ser muito altas, mas os valores de

varejo podem ser baixos, deixando os cigarros bastante acessíveis. Até certo ponto, os vários componentes da pontuação geral abordam algumas dessas limitações, embora de forma imperfeita.

Finalmente, os limites usados na determinação das pontuações dos componentes individuais são, em grande medida, arbitrários. Dito isso, esses limites são, em parte, baseados em recomendações relevantes e evidências empíricas, bem como na distribuição dos dados para cada componente. Embora mudanças nos limites possam alterar as pontuações gerais e específicas do componente, as modificações teriam menos impacto nas pontuações relativas.

Apesar dessas limitações, esta Avaliação Comparativa fornece a avaliação mais abrangente dos sistemas tributários de cigarro até o momento. Na medida em que dados mais abrangentes e consistentemente coletados sobre a administração tributária, outros impostos sobre produtos de tabaco e outros fatores se tornem disponíveis, a Avaliação Comparativa será refinada e melhorada. Nesse ínterim, esta Avaliação Comparativa demonstra, de forma clara, que há espaço considerável para melhorar os sistemas tributários de cigarros na grande maioria dos países; também fornece uma indicação dos pontos fracos dos sistemas atuais que poderiam ser prontamente resolvidos pelos formuladores de políticas fiscais sobre o tabaco. Os formuladores de políticas poderiam aumentar rapidamente suas pontuações com o aumento drástico dos impostos sobre cigarros, adotando estruturas fiscais mais simples e que dependam de impostos de consumo específicos. Se realizadas, essas melhorias podem salvar inúmeras vidas e, ao mesmo tempo, gerar receitas extremamente necessárias para os governos.

Nota histórica:

Esta primeira versão da Avaliação Comparativa de Impostos sobre Cigarros da Tobacconomics surge durante a pandemia de COVID-19. À medida que os países buscam melhorar a saúde de suas populações e responder ao impacto esmagador da pandemia em seus sistemas de saúde, aumentar e reformar os sistemas de impostos sobre o tabaco é fundamental. Impostos mais altos e bem elaborados reduzirão o uso de tabaco e melhorarão a saúde, reduzindo a carga de doenças atribuíveis ao tabaco nos sistemas de saúde. Ao mesmo tempo, esses impostos gerarão um grande volume de novas receitas que podem ser usadas para reconstruir os sistemas de saúde e apoiar a recuperação econômica. As baixas pontuações da grande maioria dos países nesta Avaliação Comparativa demonstram que há espaço considerável para os países melhorarem seus sistemas tributários sobre cigarros para salvar inúmeras vidas, gerando receitas tão necessárias para os governos.

Referências

Goodchild, M., Perucic, A. M., & Paul, J. (2020). *Tobacco taxation as a strategy to achieve global targets for smoking prevalence* [Manuscrito não publicado]. Genebra, CH: Organização Mundial da Saúde.

Jha, P., & Chaloupka, F. J. (1999). *Curbing the epidemic: governments and the economics of tobacco control*. Washington DC: Grupo Banco Mundial.
<http://documents1.worldbank.org/curated/en/914041468176678949/pdf/multi-page.pdf>

Instituto Nacional do Câncer dos EUA e Organização Mundial da Saúde, NCI e OMS. (2018). ~~*The economics of tobacco and tobacco control*~~. *The economics of tobacco and tobacco control*. National Cancer Institute Tobacco Control Monograph 21. NIH Publication No. 16-CA-8029A. Bethesda, MD: Ministério da Saúde e Serviços Humanos dos EUA, Institutos Nacionais de Saúde, Instituto Nacional do Câncer; e Genebra, CH: Organização Mundial da Saúde. https://cancercontrol.cancer.gov/sites/default/files/2020-06/m21_complete.pdf

Banco Mundial. (2017). *Tobacco tax reform at the crossroads of health and development: A multisectoral perspective*. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28494>

Organização Mundial da Saúde. (2003). *WHO framework convention on tobacco control*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42811/9241591013.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2010). *Technical manual on tobacco tax administration*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44316/9789241563994_eng.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2014). *Guidelines for implementation of Article 6 of WHO FCTC*. http://www.who.int/fctc/treaty_instruments/Guidelines_article_6.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2015). *WHO report on the global tobacco epidemic, 2015*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/178574/9789240694606_eng.pdf

Organização Mundial da Saúde. (2017). *WHO report on the global tobacco epidemic, 2017*. https://www.who.int/tobacco/global_report/2017/en

Organização Mundial da Saúde. (2019). *WHO report on the global tobacco epidemic, 2019*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516204>



Apêndices

Apêndice - Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018

País	Pontuação geral (2018)	País	Pontuação geral (2018)
Austrália	4,63	Romênia	3,13
Nova Zelândia	4,63	Samoa	3,13
Equador	4,38	Seychelles	3,13
Reino Unido	4,38	Ucrânia	3,13
Montenegro	3,88	Itália	3,00
Palau	3,88	Cazaquistão	3,00
Bahrein	3,75	Turcomenistão	3,00
Canadá	3,75	Chipre	2,88
Filipinas	3,75	Estônia	2,88
Arábia Saudita	3,75	Alemanha	2,88
Bósnia e Herzegovina	3,63	Hungria	2,88
Chile	3,63	Quirguistão	2,88
França	3,63	Letônia	2,88
Grécia	3,63	Malásia	2,88
Israel	3,63	Portugal	2,88
Noruega	3,63	Eslováquia	2,88
Peru	3,63	Eslovênia	2,88
Sérvia	3,63	Turquia	2,88
Tonga	3,63	República Checa	2,75
Argentina	3,50	Egito	2,75
Emirados Árabes Unidos	3,50	Fiji	2,75
Finlândia	3,38	Polônia	2,75
Jordânia	3,38	Suécia	2,75
Lituânia	3,38	Macedônia do Norte	2,63
Rússia	3,38	Espanha	2,63
Sri Lanka	3,38	Zimbábue	2,63
Suriname	3,38	Argélia	2,50
Bélgica	3,25	Áustria	2,50
Irlanda	3,25	Croácia	2,50
Maurício	3,25	Islândia	2,50
Singapura	3,25	Coreia do Sul	2,50
Trinidade e Tobago	3,25	África do Sul	2,50
Bulgária	3,13	Suíça	2,50
Gâmbia	3,13	Uruguai	2,50
Jamaica	3,13	Bangladesh	2,38
Malta	3,13	Botswana	2,38
Holanda	3,13	Colômbia	2,38

País	Pontuação geral (2018)	País	Pontuação geral (2018)
Dinamarca	2,38	Japão	1,50
República Dominicana	2,38	Nauru	1,50
Luxemburgo	2,38	São Vicente e Granadinas	1,50
Marrocos	2,38	Serra Leoa	1,50
Tajiquistão	2,38	Burundi	1,38
Albânia	2,25	Geórgia	1,38
Chade	2,25	Guatemala	1,38
Essuatíni	2,25	China	1,25
Barbados	2,13	Dominica	1,25
Brasil	2,13	Guiana	1,25
Costa Rica	2,13	Maldivas	1,25
Lesoto	2,13	São Tomé e Príncipe	1,25
Madagascar	2,13	Comores	1,13
México	2,13	Congo	1,13
Vanuatu	2,13	Grenada	1,13
Namíbia	2,00	República da Moldávia	1,13
Sudão	2,00	Zâmbia	1,13
Estados Unidos da América	2,00	Guiné Equatorial	1,00
Bielorrússia	1,88	Gabão	1,00
El Salvador	1,88	Omã	1,00
Índia	1,88	São Cristóvão e Neves	1,00
Panamá	1,88	Tuvalu	1,00
Santa Lúcia	1,88	Armênia	0,88
Honduras	1,75	República Centro-Africana	0,88
Kiribati	1,75	Quênia	0,88
Nepal	1,75	Líbano	0,88
Papua Nova Guiné	1,75	Paquistão	0,88
Tailândia	1,75	Catar	0,88
Timor-Leste	1,75	Uzbequistão	0,88
Tunísia	1,75	Vietnã	0,88
Burkina Faso	1,63	Benim	0,75
Indonésia	1,63	Cabo Verde	0,75
Mongólia	1,63	Camarões	0,75
Nicarágua	1,63	Costa do Marfim	0,75
Ruanda	1,63	Gana	0,75
Senegal	1,63	Guiné-Bissau	0,75
Belize	1,50	Kuwait	0,75

Apêndice - Tabela 1 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2018

País	Pontuação geral (2018)	País	Pontuação geral (2018)
Mauritânia	0,75	Líbia	0,25
Estados Federados da Micronésia	0,75	Iraque	0,00
Níger	0,75	Andorra	.
Nigéria	0,75	Bahamas	.
Ilhas Salomão	0,75	Butão	.
Togo	0,75	Brunei Darussalam	.
Uganda	0,75	Ilhas Cook	.
Tanzânia	0,75	Cuba	.
Azerbaijão	0,63	Coreia do Norte	.
Bolívia	0,63	Djibouti	.
República Democrática do Congo	0,63	Eritreia	.
Myanmar	0,63	Guiné	.
Angola	0,50	Haiti	.
Antígua e Barbuda	0,50	Malawi	.
Camboja	0,50	Mônaco	.
Etiópia	0,50	Niue	.
Irã	0,50	San Marino	.
Laos	0,50	Somália	.
Libéria	0,50	Sudão do Sul	.
Mali	0,50	Síria	.
Ilhas Marshall	0,50	Venezuela	.
Moçambique	0,50	Cisjordânia e Faixa de Gaza	.
Paraguai	0,50	Iêmen	.
Afeganistão	0,25	.	.

Apêndice - Tabela 2-A Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2018

2018

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Afeganistão	0	1	0	0	0,25
Albânia	2	0	3	4	2,25
Argélia	4	5	0	1	2,50
Andorra	.	0	5	4	.
Angola	1	1	0	0	0,50
Antígua e Barbuda	2	0	0	0	0,50
Argentina	2	5	5	2	3,50
Armênia	1	0*	0,5	2	0,88
Austrália	5	4	4,5	5	4,63
Áustria	3	0	4	3	2,50
Azerbaijão	1	0	0,5	1	0,63
Bahamas	.	5	.	.	.
Bahrein	5	5	3	2	3,78
Bangladesh	1	4	3,5	1	2,38
Barbados	3	0	1,5	4	2,13
Bielorrússia	0	5	1,5	1	1,88
Bélgica	4	2	4	3	3,25
Belize	1	0*	1	4	1,50
Benim	1	0*	0	2	0,75
Butão
Bolívia	1	0	0,5	1	0,63
Bósnia e Herzegovina	3	4	4,5	3	3,63
Botswana	4	0	1,5	4	2,38
Brasil	1	0	3,5	4	2,13
Brunei Darussalam
Bulgária	4	0*	4,5	4	3,13
Burkina Faso	1	3	0,5	2	1,63
Burundi	1	0	0,5	4	1,38
Cabo Verde	1	0*	0	2	0,75
Camboja	0	0*	0	2	0,50
Camarões	1	0*	0	2	0,75
Canadá	4	3	3	5	3,75
República Centro-Africana	0	0	0,5	3	0,88
Chade	2	5	0	2	2,25
Chile	3	3	4,5	4	3,63
China	2	0*	2	1	1,25
Colômbia	1	0	4,5	4	2,38
Comores	1	1	0,5	2	1,13
Congo	1	0	0,5	3	1,13
Ilhas Cook	.	0	4	4	.

Apêndice - Tabela 2-A Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2018

2018

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Costa Rica	2	0	2,5	4	2,13
Costa do Marfim	1	0	0	2	0,75
Croácia	3	0*	4	3	2,50
Cuba	.	0	4,5	2	.
Chipre	3	2	3,5	3	2,88
República Checa	3	0*	4	4	2,75
Coreia do Norte	.	.	0	0	.
República Democrática do Congo	0	0	0,5	2	0,63
Dinamarca	2	0	3,5	4	2,38
Djibouti	.	0*	.	.	.
Dominica	1	0	0	4	1,25
República Dominicana	4	0	1,5	4	2,38
Equador	5	5	3,5	4	4,38
Egito	2	3	5	1	2,75
El Salvador	3	0	1,5	3	1,88
Guiné Equatorial	1	1	0	2	1,00
Eritreia	.	0	2,5	2	.
Estônia	3	0	4,5	4	2,88
Essuatíni	3	0*	2	4	2,25
Etiópia	0	0	0	2	0,50
Fiji	5	4	1	1	2,75
Finlândia	3	3	4,5	3	3,38
França	5	2	4,5	3	3,63
Gabão	2	0	0	2	1,00
Gâmbia	2	5	1,5	4	3,13
Geórgia	1	0	3,5	1	1,38
Alemanha	4	0	3,5	4	2,88
Gana	1	0	0	2	0,75
Grécia	3	3	4,5	4	3,63
Grenada	2	0	0,5	2	1,13
Guatemala	2	0	1,5	2	1,38
Guiné	.	0	.	.	.
Guiné-Bissau	1	0	0	2	0,75
Guiana	1	0	0	4	1,25
Haiti
Honduras	2	0	0	5	1,75
Hungria	4	0	3,5	4	2,88
Islândia	4	0	2	4	2,50
Índia	5	0	1,5	1	1,88
Indonésia	3	0	2,5	1	1,63

2018

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Irã	1	0	0	1	0,50
Iraque	0	0	0	0	0,00
Irlanda	5	0*	4	4	3,25
Israel	4	3	4,5	3	3,63
Itália	3	2	4	3	3,00
Jamaica	5	3	0,5	4	3,13
Japão	2	0*	3	1	1,50
Jordânia	3	5	4,5	1	3,38
Cazaquistão	1	5	2	4	3,00
Quênia	1	0*	1,5	1	0,88
Kiribati	2	0	1	4	1,75
Kuwait	2	1	0	0	0,75
Quirguistão	1	5	1,5	4	2,88
Laos	1	0*	0	1	0,50
Letônia	3	0	4,5	4	2,88
Libano	1	0	1,5	1	0,88
Lesoto	3	0*	1,5	4	2,13
Libéria	0	0	0	2	0,50
Líbia	1	0	0	0	0,25
Lituânia	4	2	3,5	4	3,38
Luxemburgo	3	0	3,5	3	2,38
Madagascar	2	0	4,5	2	2,13
Malawi	.	0	.	.	.
Malásia	5	0	2,5	4	2,88
Maldivas	3	0	2	0	1,25
Mali	1	0	0	1	0,50
Malta	4	0*	4,5	4	3,13
Ilhas Marshall	1	0	1	0	0,50
Mauritânia	1	0	0	2	0,75
Maurício	4	0	5	4	3,25
México	2	0	3,5	3	2,13
Estados Federados da Micronésia	1	1	1	0	0,75
Mônaco
Mongólia	1	0	1,5	4	1,63
Montenegro	3	5	4,5	3	3,88
Marrocos	2	0	3,5	4	2,38
Moçambique	1	0	0	1	0,50
Myanmar	1	0*	0,5	1	0,63
Namíbia	3	0	1	4	2,00
Nauru	5	0	1	0	1,50

Apêndice - Tabela 2-A Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2018

2018

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Nepal	3	3	0	1	1,75
Holanda	4	0	3,5	5	3,13
Nova Zelândia	5	4	4,5	5	4,63
Nicarágua	1	0	0,5	5	1,63
Níger	1	0	0	2	0,75
Nigéria	0	0*	0	3	0,75
Niue	.	.	2,5	0	.
Macedônia do Norte	1	0	4,5	5	2,63
Noruega	5	3	2,5	4	3,63
Omã	3	1	0	0	1,00
Paquistão	0	0	2,5	1	0,88
Palau	3	4	4,5	4	3,88
Panamá	3	0*	2,5	2	1,88
Papua Nova Guiné	4	0	2	1	1,75
Paraguai	0	0	0	2	0,50
Peru	4	5	1,5	4	3,63
Filipinas	1	5	4	5	3,75
Polônia	4	0	4	3	2,75
Portugal	4	0	3,5	4	2,88
Catar	2	1	0,5	0	0,88
Coreia do Sul	2	0	4	4	2,50
República da Moldávia	1	0	2,5	1	1,13
Romênia	4	0*	3,5	5	3,13
Rússia	2	5	2,5	4	3,38
Ruanda	1	0*	2,5	3	1,63
São Cristóvão e Neves	2	0*	0	2	1,00
Santa Lúcia	2	0	1,5	4	1,88
São Vicente e Granadinas	2	0	0	4	1,50
Samoa	3	4	1,5	4	3,13
San Marino	.	1	.	.	.
São Tomé e Príncipe	0	0	1	4	1,25
Árabia Saudita	5	5	3	2	3,75
Senegal	1	3	0,5	2	1,63
Sérvia	2	5	4,5	3	3,63
Seychelles	5	0	3,5	4	3,13
Serra Leoa	1	3	0	2	1,50
Singapura	5	0	4	4	3,25
Eslováquia	3	0	4,5	4	2,88
Eslovênia	3	0	4,5	4	2,88
Ilhas Salomão	2	0	0	1	0,75

2018

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Somália	.	.	0	0	.
África do Sul	3	0	2	5	2,50
Sudão do Sul
Espanha	3	0	4,5	3	2,63
Sri Lanka	5	4	3,5	1	3,38
Sudão	2	0	4	2	2,00
Suriname	3	5	1,5	4	3,38
Suécia	3	0	3	5	2,75
Suíça	3	0	3	4	2,50
Síria	.	.	0,5	2	.
Tajiquistão	1	4	0,5	4	2,38
Tailândia	2	0	4	1	1,75
Timor-Leste	2	1	0	4	1,75
Togo	1	0	0	2	0,75
Tonga	5	5	3,5	1	3,63
Trinidade e Tobago	4	5	0	4	3,25
Tunísia	1	0*	3	3	1,75
Turquia	4	0*	4,5	3	2,88
Turcomenistão	5	5	0	2	3,00
Tuvalu	2	0	0	2	1,00
Uganda	1	0	1	1	0,75
Ucrânia	1	4	3,5	4	3,13
Emirados Árabes Unidos	4	5	3	2	3,50
Reino Unido	5	3	4,5	5	4,38
Tanzânia	2	0	0	1	0,75
Estados Unidos da América	3	0*	1	4	2,00
Uruguai	3	0	3	4	2,50
Uzbequistão	2	0	0,5	1	0,88
Vanuatu	2	0*	2,5	4	2,13
Venezuela	.	1	4	2	.
Vietnã	1	0	0,5	2	0,88
Cisjordânia e Faixa de Gaza	.	0	4,5	4	.
Iêmen	.	4	1	4	.
Zâmbia	2	0	0,5	2	1,13
Zimbábue	1	5	0,5	4	2,63
Média Global	2,35	1,18	2,06	2,69	2,07

Obs.: As pontuações gerais são arredondadas para duas casas decimais. Os países em cada coluna estão listados em ordem de suas pontuações e em ordem alfabética quando as pontuações são idênticas.

Apêndice - Tabela 2-B Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2016

2016

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Afeganistão	0	1	0	0	0,25
Albânia	2	3	3	4	3,00
Argélia	3	5	0,5	1	2,38
Andorra	.	0	4,5	1	.
Angola	.	0	.	.	.
Antígua e Barbuda	2	0	0	0	0,50
Argentina	1	0	5	2	2,00
Armênia	1	0*	0,5	1	0,63
Austrália	5	4	3	5	4,25
Áustria	2	2	4	3	2,75
Azerbaijão	3	5	0	4	3,00
Bahamas	4	5	1	4	3,50
Bahrein	3	1	0	0	1,00
Bangladesh	0	0	3,5	1	1,13
Barbados	3	3	0,5	4	2,63
Bielorrússia	0	0	1,5	1	0,63
Bélgica	3	3	4	3	3,25
Belize	2	0*	0,5	4	1,63
Benim	1	0*	0	2	0,75
Butão
Bolívia	1	1	0,5	1	0,88
Bósnia e Herzegovina	3	5	4,5	3	3,88
Botswana	3	0	1,5	4	2,13
Brasil	1	3	2,5	5	2,88
Brunei Darussalam	.	0	.	.	.
Bulgária	3	0*	4,5	3	2,63
Burkina Faso	1	0	0	1	0,50
Burundi	1	0	0,5	4	1,38
Cabo Verde	1	0*	0	2	0,75
Camboja	0	0	0	2	0,50
Camarões	1	0*	0	2	0,75
Canadá	4	0	3,5	5	3,13
República Centro-Africana	.	0	.	.	.
Chade	1	5	0	2	2,00
Chile	2	3	5	4	3,50
China	1	0	2	1	1,00
Colômbia	1	0*	1,5	4	1,63
Comores	1	0	0,5	2	0,88
Congo	1	5	0,5	3	2,38
Ilhas Cook	.	5	4	4	.

2016

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Costa Rica	2	0	2,5	4	2,13
Costa do Marfim	1	3	0	2	1,50
Croácia	3	0*	4	3	2,50
Cuba	.	1	4,5	2	.
Chipre	3	2	4,5	3	3,13
República Checa	2	0*	4,5	4	2,63
Coreia do Norte	.	.	0	0	.
República Democrática do Congo	0	0	0	1	0,25
Dinamarca	2	2	3,5	4	2,88
Djibouti	0	0*	0	2	0,50
Dominica	1	0	0	4	1,25
República Dominicana	3	0*	2,5	4	2,38
Equador	4	5	4	5	4,50
Egito	2	3	4,5	1	2,63
El Salvador	1	0*	2	4	1,75
Guiné Equatorial	0	0	0	2	0,50
Eritreia	.	1	2,5	2	.
Estônia	3	3	4,5	4	3,63
Essuatíni	3	0*	1,5	5	2,38
Etiópia	0	0	0	2	0,50
Fiji	4	0	1	1	1,50
Finlândia	3	3	4,5	3	3,38
França	4	3	4,5	3	3,63
Gabão	1	0	0	2	0,75
Gâmbia	1	5	1,5	4	2,88
Geórgia	1	0*	3,5	1	1,38
Alemanha	3	0	3,5	4	2,63
Gana	1	0	0	2	0,75
Grécia	3	4	4,5	4	3,88
Grenada	2	0*	1,5	2	1,38
Guatemala	2	0*	1,5	2	1,38
Guiné	0	0	0	2	0,50
Guiné-Bissau	0	0	0	2	0,50
Guiana	1	0*	0	2	0,75
Haiti	1	.	0	2	.
Honduras	1	0	0	5	1,50
Hungria	4	4	3,5	4	3,88
Islândia	4	0	2	4	2,50
Índia	4	3	1,5	1	2,38
Indonésia	2	0	2,5	1	1,38

Apêndice - Tabela 2-B Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2016

2016

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Irã	1	0	0	4	1,25
Iraque	0	0	0	0	0,00
Irlanda	5	0	4	4	3,25
Israel	4	4	4,5	3	3,88
Itália	3	0	4	3	2,50
Jamaica	5	2	0,5	4	2,88
Japão	2	0	3	1	1,50
Jordânia	1	3	4,5	1	2,38
Cazaquistão	1	4	1,5	4	2,63
Quênia	1	0*	1,5	4	1,63
Kiribati	2	0	1	4	1,75
Kuwait	2	1	0	0	0,75
Quirguistão	1	0	0,5	1	0,63
Laos	1	0	0	4	1,25
Letônia	2	0	4,5	4	2,63
Líbano	1	0	1	2	1,00
Lesoto	.	0*	.	.	.
Libéria	0	0*	0	2	0,50
Líbia	1	1	0	0	0,50
Lituânia	3	0	4	4	2,75
Luxemburgo	2	3	3,5	3	2,88
Madagascar	2	4	4,5	2	3,13
Malawi	.	0	.	.	.
Malásia	5	0	2	4	2,75
Maldivas	2	0	1	0	0,75
Mali	1	0	0	1	0,50
Malta	4	0*	4,5	4	3,13
Ilhas Marshall	1	0	1	0	0,50
Mauritânia	1	0	0	2	0,75
Maurício	3	0	3,5	4	2,63
México	2	0	3,5	3	2,13
Estados Federados da Micronésia	1	1	1,5	0	0,88
Mônaco
Mongólia	1	0	2	4	1,75
Montenegro	2	5	3,5	3	3,38
Marrocos	2	0	3,5	1	1,63
Moçambique	0	0	0	1	0,25
Myanmar	1	0*	1	1	0,75
Namíbia	3	0	1	4	2,00
Nauru	5	0	1	0	1,50

2016

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Nepal	2	0	0	1	0,75
Holanda	3	3	3,5	5	3,63
Nova Zelândia	5	5	4	5	4,75
Nicarágua	2	0	0,5	4	1,63
Níger	1	0	0,5	2	0,88
Nigéria	1	0*	0	2	0,75
Niue	.	.	2,5	0	.
Macedônia do Norte	1	0*	3,5	5	2,38
Noruega	5	3	3	4	3,75
Omã	3	1	0	0	1,00
Paquistão	1	4	3	1	2,25
Palau	2	0	4,5	4	2,63
Panamá	3	0*	2,5	2	1,88
Papua Nova Guiné	5	0	0,5	1	1,63
Paraguai	0	0	0	2	0,50
Peru	3	4	1,5	4	3,13
Filipinas	1	5	3	1	2,50
Polônia	4	4	4	3	3,75
Portugal	3	0	3,5	4	2,63
Catar	2	1	0	0	0,75
Coreia do Sul	2	0	4	4	2,50
República da Moldávia	1	0	2,5	1	1,13
Romênia	4	0	3,5	4	2,88
Rússia	2	5	1,5	4	3,13
Ruanda	1	0*	2,5	3	1,63
São Cristóvão e Neves	2	0	0	2	1,00
Santa Lúcia	2	0	1,5	4	1,88
São Vicente e Granadinas	1	0	0	4	1,25
Samoa	2	3	1,5	4	2,63
San Marino	3	1	4,5	.	.
São Tomé e Príncipe	0	0*	0	2	0,50
Arábia Saudita	3	1	0	0	1,00
Senegal	1	0	0,5	2	0,88
Sérvia	2	5	4,5	3	3,63
Seychelles	5	0	3,5	4	3,13
Serra Leoa	0	0	0	0	0,00
Singapura	5	0	3,5	4	3,13
Eslováquia	3	2	4,5	4	3,38
Eslovênia	2	3	4,5	4	3,38
Ilhas Salomão	1	0	0	1	0,50

Apêndice - Tabela 2-B Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2016

2016

Pais	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Somália	.	.	0	0	.
África do Sul	2	0	1,5	4	1,88
Sudão do Sul	.	.	0	2	.
Espanha	3	0	4,5	3	2,63
Sri Lanka	5	0	2,5	1	2,13
Sudão	2	0	4	2	2,00
Suriname	2	5	3	1	2,75
Suécia	3	2	3	4	3,00
Suíça	3	2	3	4	3,00
Síria	.	.	0,5	2	.
Tajiquistão	1	0	0	1	0,50
Tailândia	3	0	4	2	2,25
Timor-Leste	1	0	0	4	1,25
Togo	1	0	0	2	0,75
Tonga	3	3	4	1	2,75
Trinidad e Tobago	3	5	0	4	3,00
Tunísia	1	0	3	3	1,75
Turquia	3	0	4,5	3	2,63
Turcomenistão	5	1	0	2	2,00
Tuvalu	1	0*	2	2	1,25
Uganda	1	0	1	1	0,75
Ucrânia	1	2	4,5	4	2,88
Emirados Árabes Unidos	2	1	0	0	0,75
Reino Unido	5	2	4,5	4	3,88
Tanzânia	2	0*	0	1	0,75
Estados Unidos da América	3	0*	1	4	2,00
Uruguai	2	0	3	4	2,25
Uzbequistão	1	0	0,5	1	0,63
Vanuatu	2	0	2	4	2,00
Venezuela	.	1	4	2	.
Vietnã	1	0	0,5	2	0,88
Cisjordânia e Faixa de Gaza	.	0	4,5	4	.
Iêmen	.	5	1	1	.
Zâmbia	2	0	0,5	2	1,13
Zimbábue	1	5	0,5	4	2,63
Média Global	2,05	1,14	1,94	2,55	1,93

Obs.: As pontuações gerais são arredondadas para duas casas decimais. Os países em cada coluna estão listados em ordem de suas pontuações e em ordem alfabética quando as pontuações são idênticas.

Apêndice - Tabela 2-C Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2014

2014

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Afeganistão	0	0	0	0	0,00
Albânia	2	3	2,5	4	2,88
Argélia	2	0	0,5	1	0,88
Andorra	.	5	4	1	.
Angola	1	1	0	0	0,50
Antígua e Barbuda	2	1	0	0	0,75
Argentina	1	0	4	2	1,75
Armênia	1	0	0	1	0,50
Austrália	5	4	2,5	5	4,13
Áustria	2	3	3,5	3	2,88
Azerbaijão	2	1	0	1	1,00
Bahamas	3	5	1,5	4	3,38
Bahrein	2	1	0	0	0,75
Bangladesh	0	0	2,5	1	0,88
Barbados	3	3	0,5	4	2,63
Bielorrússia	0	0	1,5	1	0,63
Bélgica	3	3	4	3	3,25
Belize	2	0*	0,5	0	0,63
Benim	1	0*	0	2	0,75
Butão
Bolívia	1	0	0,5	2	0,88
Bósnia e Herzegovina	2	5	4,5	3	3,63
Botswana	3	0	2,5	4	2,38
Brasil	1	4	1,5	1	1,88
Brunei Darussalam	.	5	.	.	.
Bulgária	3	0	4,5	4	2,88
Burkina Faso	1	0*	0	1	0,50
Burundi	1	0	0,5	4	1,38
Cabo Verde	1	0*	0	2	0,75
Camboja	0	0	0	2	0,50
Camarões	1	0*	0	.	.
Canadá	3	0	4	5	3,00
República Centro-Africana	0	1	0	2	0,75
Chade	1	0	0	2	0,75
Chile	2	0	4,5	3	2,38
China	1	0	1,5	1	0,88
Colômbia	0	0*	1,5	4	1,38
Comores	1	0*	1,5	2	1,13
Congo	1	0	0,5	3	1,13
Ilhas Cook	.	5	3	4	.

Apêndice - Tabela 2-C Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2014

2014

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Costa Rica	1	4	2,5	4	2,88
Costa do Marfim	1	4	0	1	1,50
Croácia	2	0*	4	3	2,25
Cuba	.	1	4,5	.	.
Chipre	2	3	4,5	3	3,13
República Checa	2	0*	4,5	4	2,63
Coreia do Norte	.	.	0	0	.
República Democrática do Congo	0	0*	1	1	0,50
Dinamarca	2	3	3,5	4	3,13
Djibouti	1	0*	0	.	.
Dominica	1	0	0	4	1,25
República Dominicana	3	0*	2,5	4	2,38
Equador	2	3	3,5	5	3,38
Egito	1	4	4,5	1	2,63
El Salvador	1	0	2	4	1,75
Guiné Equatorial	0	0	0	2	0,50
Eritreia	.	0	2,5	2	.
Estônia	3	4	4,5	3	3,63
Essuatíni	4	0*	1,5	.	.
Etiópia	0	0	0	2	0,50
Fiji	3	0	1	1	1,25
Finlândia	2	3	4,5	3	3,13
França	3	3	4,5	3	3,38
Gabão	1	0	0	2	0,75
Gâmbia	1	5	1,5	4	2,88
Geórgia	1	0*	1,5	1	0,88
Alemanha	3	0	3,5	4	2,63
Gana	1	0*	0	2	0,75
Grécia	2	5	4,5	4	3,88
Grenada	1	0	1,5	2	1,13
Guatemala	2	0	1,5	2	1,38
Guiné	.	0	.	.	.
Guiné-Bissau	0	0*	0	.	.
Guiana	1	0*	0	2	0,75
Haiti
Honduras	1	0	0,5	5	1,63
Hungria	3	4	4	3	3,50
Islândia	3	4	2	4	3,25
Índia	4	0	0,5	1	1,38
Indonésia	2	0*	2	1	1,25

2014

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Irã	1	0	0	0	0,25
Iraque	0	0*	0	0	0,00
Irlanda	5	0	4	4	3,25
Israel	3	3	4,5	3	3,38
Itália	2	4	4	3	3,25
Jamaica	5	1	0,5	4	2,63
Japão	2	4	3	1	2,50
Jordânia	1	3	4,5	1	2,38
Cazaquistão	1	0	0,5	4	1,38
Quênia	0	0*	1,5	2	0,88
Kiribati	2	0*	2	4	2,00
Kuwait	2	1	0	0	0,75
Quirguistão	0	0	0,5	1	0,38
Laos	1	0	0	1	0,50
Letônia	2	0	4	4	2,50
Libano	1	0	1	2	1,00
Lesoto	3	0	1,5	5	2,38
Libéria	0	0*	0	.	.
Líbia	2	1	0	0	0,75
Lituânia	2	0	4	4	2,50
Luxemburgo	2	4	3,5	3	3,13
Madagascar	1	4	4,5	2	2,88
Malawi	3	5	0	4	3,00
Malásia	4	0	3	4	2,75
Maldivas	1	0	2	0	0,75
Mali	1	0*	0	1	0,50
Malta	3	0	3,5	4	2,63
Ilhas Marshall	0	0	1,5	0	0,38
Mauritânia	2	0	0	2	1,00
Maurício	3	4	3,5	4	3,63
México	2	3	3,5	3	2,88
Estados Federados da Micronésia	0	0	1,5	0	0,38
Mônaco
Mongólia	1	0	3,5	4	2,13
Montenegro	1	5	4,5	3	3,38
Marrocos	2	0	3,5	1	1,63
Moçambique	0	3	0	1	1,00
Myanmar	1	0*	2,5	2	1,38
Namíbia	3	0	0,5	4	1,88
Nauru	.	0	.	.	.

Apêndice - Tabela 2-C Pontuação de impostos sobre cigarros geral e por componentes, 2014

2014

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Nepal	2	0	0	1	0,75
Holanda	3	3	3,5	5	3,63
Nova Zelândia	5	4	4,5	5	4,63
Nicarágua	1	0	0	.	.
Níger	1	0	0	2	0,75
Nigéria	1	0*	0	2	0,75
Niue	.	.	2,5	0	.
Macedônia do Norte	1	0*	3,5	4	2,13
Noruega	5	3	3	4	3,75
Omã	3	1	0	0	1,00
Paquistão	0	0	2,5	1	0,88
Palau	2	0	4	.	.
Panamá	2	0	2,5	2	1,63
Papua Nova Guiné	3	0	0,5	1	1,13
Paraguai	0	0	0	.	.
Peru	1	0	0,5	4	1,38
Filipinas	0	0	4	1	1,25
Polônia	3	5	4,5	3	3,88
Portugal	3	4	3,5	4	3,63
Catar	2	1	0	0	0,75
Coreia do Sul	1	0*	3	4	2,00
República da Moldávia	1	4	1,5	1	1,88
Romênia	3	5	4	4	4,00
Rússia	1	4	1,5	4	2,63
Ruanda	1	0*	0	2	0,75
São Cristóvão e Neves	2	0	0	2	1,00
Santa Lúcia	1	0	2,5	4	1,88
São Vicente e Granadinas	1	2	0	4	1,75
Samoa	2	2	2,5	4	2,63
San Marino	3	1	4,5	.	.
São Tomé e Príncipe	0	0*	0	2	0,50
Árabe Saudita	3	1	0	0	1,00
Senegal	1	0	0,5	1	0,63
Sérvia	2	5	4,5	3	3,63
Seychelles	4	0*	4,5	4	3,13
Serra Leoa	0	0	0	0	0,00
Singapura	5	0	3,5	4	3,13
Eslováquia	2	3	4,5	4	3,38
Eslovênia	2	5	4,5	4	3,88
Ilhas Salomão	1	0	0	1	0,50

2014

País	Preço Absoluto	Mudança de Acessibilidade	Carga Tributária	Estrutura Tributária	GERAL
Somália
África do Sul	2	0	1,5	5	2,13
Sudão do Sul
Espanha	3	5	4,5	3	3,88
Sri Lanka	5	0	3,5	1	2,38
Sudão	2	0	4	2	2,00
Suriname	2	2	2,5	4	2,63
Suécia	3	2	3	5	3,25
Suíça	2	3	3	4	3,00
Síria	.	0	.	.	.
Tajiquistão	1	0	0	1	0,50
Tailândia	2	0	4	2	2,00
Timor-Leste	0	0	0,5	4	1,13
Togo	0	0*	0	2	0,50
Tonga	2	0	3	1	1,50
Trinidade e Tobago	2	5	0	4	2,75
Tunísia	1	1	3	3	2,00
Turquia	3	4	4,5	3	3,63
Turcomenistão	4	1	0	4	2,25
Tuvalu	0	0	0	2	0,50
Uganda	1	0	0,5	1	0,63
Ucrânia	0	0	4,5	1	1,38
Emirados Árabes Unidos	2	1	0	0	0,75
Reino Unido	4	3	4,5	4	3,88
Tanzânia	2	0	0	1	0,75
Estados Unidos da América	2	0	1	4	1,75
Uruguai	2	0	3	4	2,25
Uzbequistão	1	0	0	1	0,50
Vanuatu	2	0	2	.	.
Venezuela	.	1	4	.	.
Vietnã	1	0*	0	2	0,75
Cisjordânia e Faixa de Gaza	.	5	4,5	4	.
Iêmen	.	4	1	4	.
Zâmbia	1	0*	0	2	0,75
Zimbábue	1	0	0,5	4	1,38
Média Global	1,73	1,25	1,91	2,48	1,85

Obs.: As pontuações gerais são arredondadas para duas casas decimais. Os países em cada coluna estão listados em ordem de suas pontuações e em ordem alfabética quando as pontuações são idênticas.

Apêndice - Tabela 3 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2014, 2016 e 2018

País	Pontuação geral (2014)	Pontuação geral (2016)	Pontuação geral (2018)
Afeganistão	0,00	0,25	0,25
Albânia	2,88	3,00	2,25
Argélia	0,88	2,38	2,50
Andorra	.	.	.
Angola	0,50	.	0,50
Antígua e Barbuda	0,75	0,50	0,50
Argentina	1,75	2,00	3,50
Armênia	0,50	0,63	0,88
Austrália	4,13	4,25	4,63
Áustria	2,88	2,75	2,50
Azerbaijão	1,00	3,00	0,63
Bahamas	3,38	3,50	.
Bahrein	0,75	1,00	3,75
Bangladesh	0,88	1,13	2,38
Barbados	2,63	2,63	2,13
Bielorrússia	0,63	0,63	1,88
Bélgica	3,25	3,25	3,25
Belize	0,63	1,63	1,50
Benim	0,75	0,75	0,75
Butão	.	.	.
Bolívia	0,88	0,88	0,63
Bósnia e Herzegovina	3,63	3,88	3,63
Botswana	2,38	2,13	2,38
Brasil	1,88	2,88	2,13
Brunei Darussalam	.	.	.
Bulgária	2,88	2,63	3,13
Burkina Faso	0,50	0,50	1,63
Burundi	1,38	1,38	1,38
Cabo Verde	0,75	0,75	0,75
Camboja	0,50	0,50	0,50
Camarões	.	0,75	0,75
Canadá	3,00	3,13	3,75
República Centro-Africana	0,75	.	0,88
Chade	0,75	2,00	2,25
Chile	2,38	3,50	3,63
China	0,88	1,00	1,25
Colômbia	1,38	1,63	2,38
Comores	1,13	0,88	1,13
Congo	1,13	2,38	1,13
Ilhas Cook	.	.	.

País	Pontuação geral (2014)	Pontuação geral (2016)	Pontuação geral (2018)
Costa Rica	2,88	2,13	2,13
Costa do Marfim	1,50	1,50	0,75
Croácia	2,25	2,50	2,50
Cuba	.	.	.
Chipre	3,13	3,13	2,88
República Checa	2,63	2,63	2,75
Coreia do Norte	.	.	.
República Democrática do Congo	0,50	0,25	0,63
Dinamarca	3,13	2,88	2,38
Djibouti	.	0,50	.
Dominica	1,25	1,25	1,25
República Dominicana	2,38	2,38	2,38
Equador	3,38	4,50	4,38
Egito	2,63	2,63	2,75
El Salvador	1,75	1,75	1,88
Guiné Equatorial	0,50	0,50	1,00
Eritreia	.	.	.
Estônia	3,63	3,63	2,88
Essuatíni	.	2,38	2,25
Etiópia	0,50	0,50	0,50
Fiji	1,25	1,50	2,75
Finlândia	3,13	3,38	3,38
França	3,38	3,63	3,63
Gabão	0,75	0,75	1,00
Gâmbia	2,88	2,88	3,13
Geórgia	0,88	1,38	1,38
Alemanha	2,63	2,63	2,88
Gana	0,75	0,75	0,75
Grécia	3,88	3,88	3,63
Grenada	1,13	1,38	1,13
Guatemala	1,38	1,38	1,38
Guiné	.	0,50	.
Guiné-Bissau	.	0,50	0,75
Guiana	0,75	0,75	1,25
Haiti	.	.	.
Honduras	1,63	1,50	1,75
Hungria	3,50	3,88	2,88
Islândia	3,25	2,50	2,50
Índia	1,38	2,38	1,88
Indonésia	1,25	1,38	1,63

Apêndice - Tabela 3 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2014, 2016 e 2018

País	Pontuação geral (2014)	Pontuação geral (2016)	Pontuação geral (2018)
Irã	0,25	1,25	0,50
Iraque	0,00	0,00	0,00
Irlanda	3,25	3,25	3,25
Israel	3,38	3,88	3,63
Itália	3,25	2,50	3,00
Jamaica	2,63	2,88	3,13
Japão	2,50	1,50	1,50
Jordânia	2,38	2,38	3,38
Cazaquistão	1,38	2,63	3,00
Quênia	0,88	1,63	0,88
Kiribati	2,00	1,75	1,75
Kuwait	0,75	0,75	0,75
Quirguistão	0,38	0,63	2,88
Laos	0,50	1,25	0,50
Letônia	2,50	2,63	2,88
Líbano	1,00	1,00	0,88
Lesoto	2,38	.	2,13
Libéria	.	0,50	0,50
Líbia	0,75	0,50	0,25
Lituânia	2,50	2,75	3,38
Luxemburgo	3,13	2,88	2,38
Madagascar	2,88	3,13	2,13
Malawi	3,00	.	.
Malásia	2,75	2,75	2,88
Maldivas	0,75	0,75	1,25
Mali	0,50	0,50	0,50
Malta	2,63	3,13	3,13
Ilhas Marshall	0,38	0,50	0,50
Mauritânia	1,00	0,75	0,75
Maurício	3,63	2,63	3,25
México	2,88	2,13	2,13
Estados Federados da Micronésia	0,38	0,88	0,75
Mônaco	.	.	.
Mongólia	2,13	1,75	1,63
Montenegro	3,38	3,38	3,88
Marrocos	1,63	1,63	2,38
Moçambique	1,00	0,25	0,50
Myanmar	1,38	0,75	0,63
Namíbia	1,88	2,00	2,00
Nauru	.	1,50	1,50

País	Pontuação geral (2014)	Pontuação geral (2016)	Pontuação geral (2018)
Nepal	0,75	0,75	1,75
Holanda	3,63	3,63	3,13
Nova Zelândia	4,63	4,75	4,63
Nicarágua	.	1,63	1,63
Níger	0,75	0,88	0,75
Nigéria	0,75	0,75	0,75
Niue	.	.	.
Macedônia do Norte	2,13	2,38	2,63
Noruega	3,75	3,75	3,63
Omã	1,00	1,00	1,00
Paquistão	0,88	2,25	0,88
Palau	.	2,63	3,88
Panamá	1,63	1,88	1,88
Papua Nova Guiné	1,13	1,63	1,75
Paraguai	.	0,50	0,50
Peru	1,38	3,13	3,63
Filipinas	1,25	2,50	3,75
Polônia	3,88	3,75	2,75
Portugal	3,63	2,63	2,88
Catar	0,75	0,75	0,88
Coreia do Sul	2,00	2,50	2,50
República da Moldávia	1,88	1,13	1,13
Romênia	4,00	2,88	3,13
Rússia	2,63	3,13	3,38
Ruanda	0,75	1,63	1,63
São Cristóvão e Neves	1,00	1,00	1,00
Santa Lúcia	1,88	1,88	1,88
São Vicente e Granadinas	1,75	1,25	1,50
Samoa	2,63	2,63	3,13
San Marino	.	.	.
São Tomé e Príncipe	0,50	0,50	1,25
Arábia Saudita	1,00	1,00	3,75
Senegal	0,63	0,88	1,63
Sérvia	3,63	3,63	3,63
Seychelles	3,13	3,13	3,13
Serra Leoa	0,00	0,00	1,50
Singapura	3,13	3,13	3,25
Eslováquia	3,38	3,38	2,88
Eslovênia	3,88	3,38	2,88
Ilhas Salomão	0,50	0,50	0,75

Apêndice - Tabela 3 Pontuação geral de impostos sobre cigarros, 2014, 2016 e 2018

País	Pontuação geral (2014)	Pontuação geral (2016)	Pontuação geral (2018)
Somália	.	.	.
África do Sul	2,13	1,88	2,50
Sudão do Sul	.	.	.
Espanha	3,88	2,63	2,63
Sri Lanka	2,38	2,13	3,38
Sudão	2,00	2,00	2,00
Suriname	2,63	2,75	3,38
Suécia	3,25	3,00	2,75
Suíça	3,00	3,00	2,50
Síria	.	.	.
Tajiquistão	0,50	0,50	2,38
Tailândia	2,00	2,25	1,75
Timor-Leste	1,13	1,25	1,75
Togo	0,50	0,75	0,75
Tonga	1,50	2,75	3,63
Trinidade e Tobago	2,75	3,00	3,25
Tunísia	2,00	1,75	1,75
Turquia	3,63	2,63	2,88
Turcomenistão	2,25	2,00	3,00
Tuvalu	0,50	1,25	1,00
Uganda	0,63	0,75	0,75
Ucrânia	1,38	2,88	3,13
Emirados Árabes Unidos	0,75	0,75	3,50
Reino Unido	3,88	3,88	4,38
Tanzânia	0,75	0,75	0,75
Estados Unidos da América	1,75	2,00	2,00
Uruguai	2,25	2,25	2,50
Uzbequistão	0,50	0,63	0,88
Vanuatu	.	2,00	2,13
Venezuela	.	.	.
Vietnã	0,75	0,88	0,88
Cisjordânia e Faixa de Gaza	.	.	.
Iêmen	.	.	.
Zâmbia	0,75	1,13	1,13
Zimbábue	1,38	2,63	2,63

www.tobacconomics.org
@tobacconomics